



Relações Sociais de Gênero

Relações de Sexo

DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA – ÁREA DE PÓS-GRADUAÇÃO
NÚCLEO DE ESTUDOS DA MULHER E RELAÇÕES SOCIAIS DE GÊNERO

1989

06:301
51r
089

*2006/5
Carimão*

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Reitor: Prof. Dr. José Goldemberg

Vice-Reitor: Prof. Dr. Roberto Leal Lobo e Silva Filho

FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

Diretor: Prof. Dr. João Baptista Borges Pereira

Vice-Diretor: Prof. Dr. João Paulo Gomes Monteiro

Chefe do Departameto de Sociologia: Prof^a Dr^a Eva Alterman Blay

Coordenador da Área de Pós-Graduação do Departamento de Sociologia:

- Prof. Dr. Sedi Hirano

Núcleo de Estudos da Mulher e Relações Sociais de Gênero -

Coordenadora: Prof^a Dr^a Eva Alterman Blay

NÚCLEO DE ESTUDOS DA MULHER E RELAÇÕES SOCIAIS DE GÊNERO

MEMBROS:

Carmem Barroso - Departamento de Sociologia FFLCH USP

Dulcília Buitoni - ECA USP

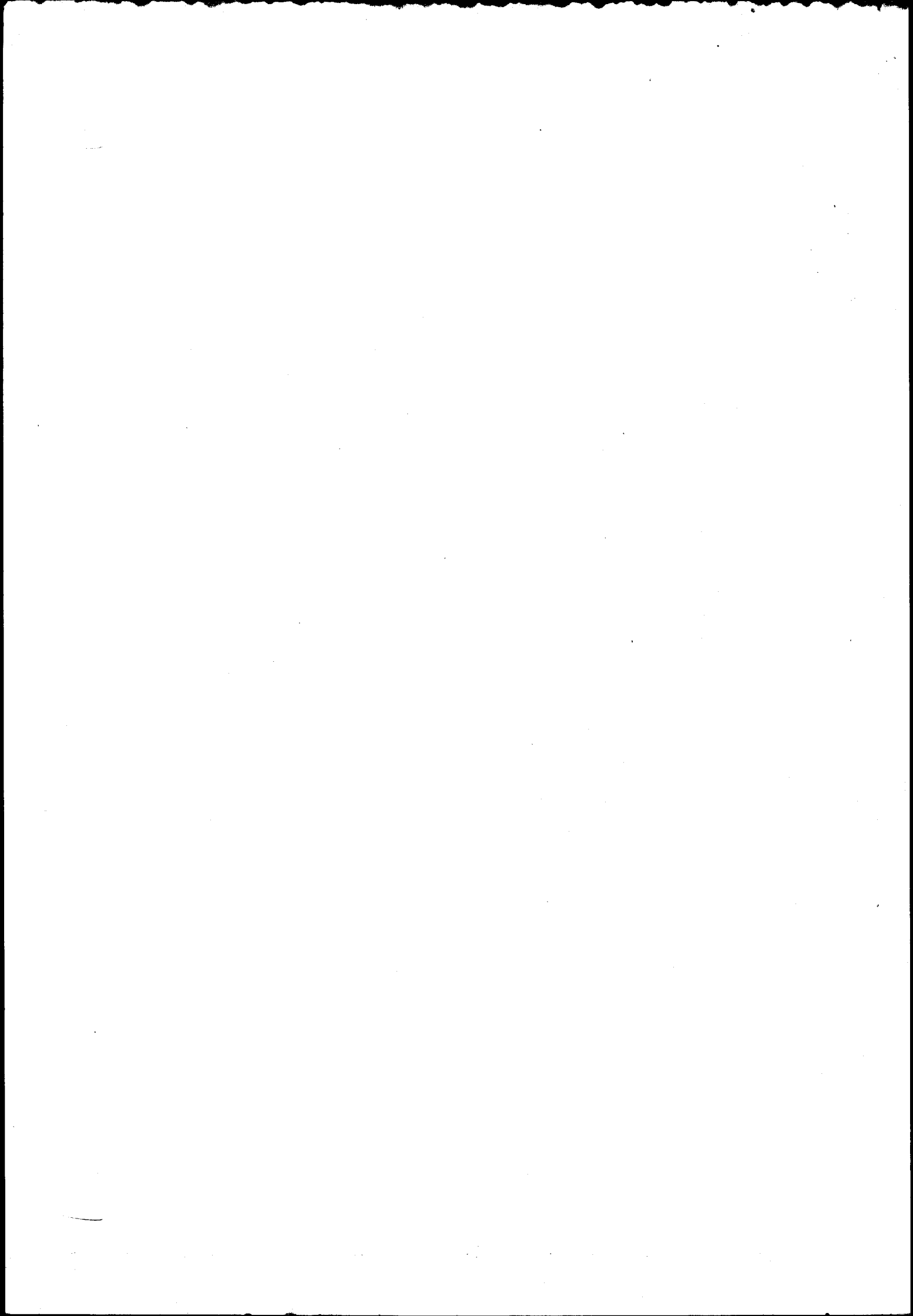
Elisabeth de Souza Lobo - Departamento de Sociologia FFLCH USP

Maria Amélia Azevedo - Faculdade de Psicologia USP

Miriam Moreira Leite - Departamento de História USP

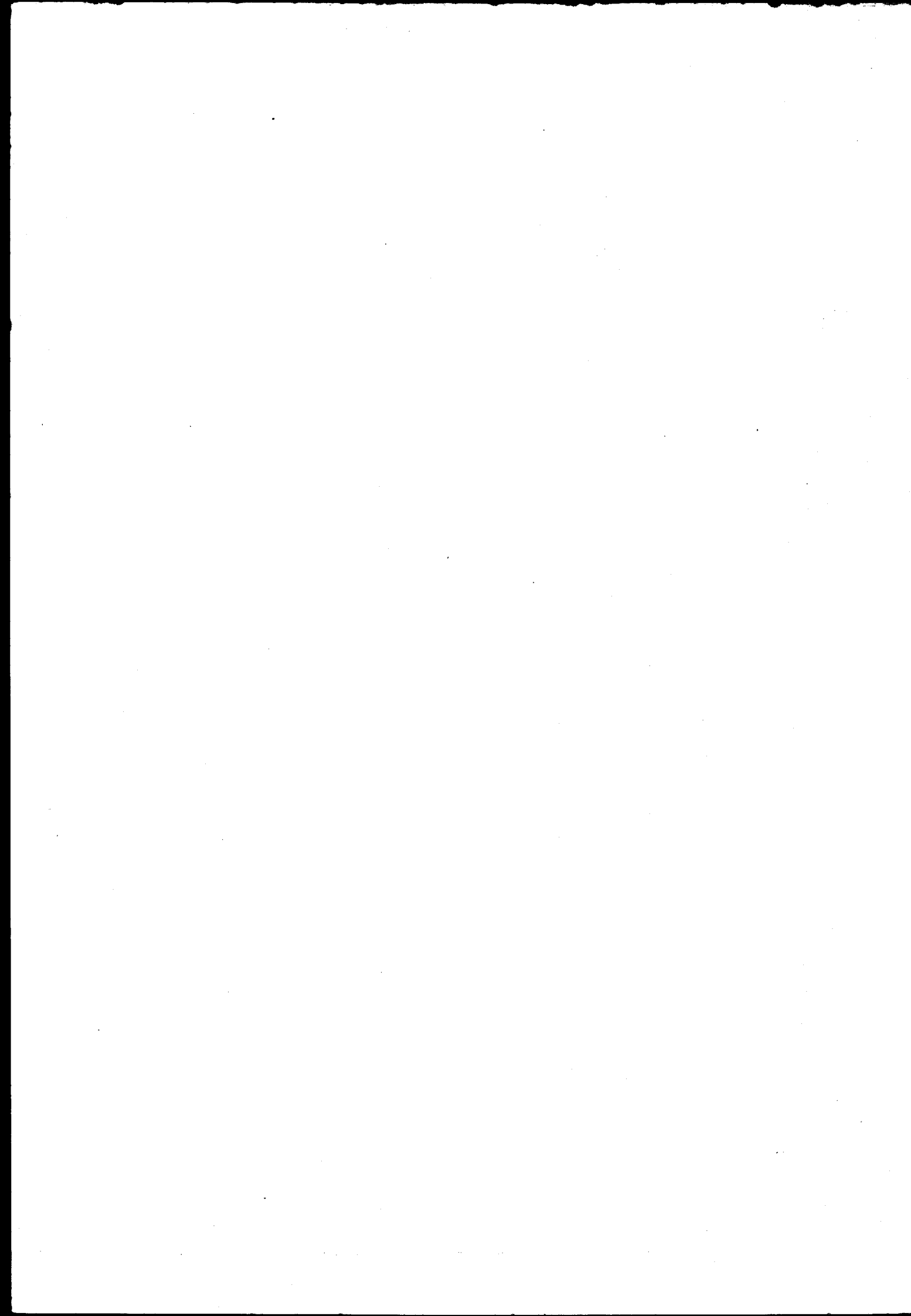
Néia Schorr - Faculdade de Saúde Pública USP

Rosa Ester Rossini - Departamento de Geografia USP



S U M Á R I O

Apresentação — Eva ALterman BLAY	I
Tudo começou antes de 1975: Idéias Inspiradas pelo Estudo da Gestaõ de um Feminismo "Bom para o Brasil" - Anette GOLDBERG	1
Jornal da Damas, Feminismo no Século XIX na Grécia - Eleni VARIKAS	46
"Relações Sociais de Sexo, Maternidade e Paternidade" - Michèle FERRAND	61
Os Usos do Gênero - Elisabeth de SOUZA LOBO	76
Pesquisas Sociológicas sobre Relações de Gênero na França - Helena HIRATA	88
Dados sobre as autoras	101



APRESENTAÇÃO

Durante o segundo semestre de 1987 o Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Departamento de Sociologia e o Núcleo de Estudos da Mulher e de Relações Sociais de Gênero promoveram o Seminário RELAÇÕES DE SEXO X RELAÇÕES DE GÊNERO?

O tema básico centralizava-se na discussão do conceito de gênero, recentemente introduzido nas ciências sociais e na literatura sobre o feminismo o qual veio substituir a conotação biologicista contida no conceito de sexo e demonstrar que o feminino e o masculino contém uma dimensão socialmente construída.

Esta perspectiva teórica é tratada pelas autoras que compõem este conjunto de textos.

Anette Goldberg, traça, em sua exposição, uma análise das várias correntes feministas e historia os processos recentes de transformação na história do feminismo brasileiro. Eleni Varikas, ao estudar um movimento feminista ocorrido na Grécia, nos fins do séc. XIX, retoma a questão de gênero através da qual mostra a invisibilidade com que a mulher tem sido tratada e demonstra como esta categoria-gênero pode ser utilizada na descrição e na análise dos fenômenos sociais.

A etapa contemporânea francesa é abordada por Michèle Ferrand que introduz o conceito de parentalidade e demonstra como a cada construção da maternidade corresponde uma modalidade social de paternidade.

Em seu texto Elizabeth S. Lobo retoma a vertente teórica da concepção de gênero e a ela soma a dimensão do poder. Finalmente, Helena Hirata sintetiza a constituição do domínio científico dos estudos de gênero.

Foi uma feliz oportunidade a de reunir pesquisadoras

feministas de origem nacional tão variadas, num mesmo momento, no Departamento de Sociologia da FFLCH da USP.

Os debates mostraram os avanços e as lacunas do pensamento teórico que começou abordando a questão da mulher, ampliou se para a comparação entre os sexos e recentemente encontrou um novo foco no conceito de gênero.

Profª Drª Eva Alterman Blay

Chefe do Departamento de Sociologia e

Coordenadora do Núcleo de Estudos da Mulher e

Relações Sociais de Gênero

TUDO COMEÇOU ANTES DE 1975: IDÉIAS INSPIRADAS
PELO ESTUDO DA GESTAÇÃO DE UM FEMINISMO "BOM PARA O BRASIL"

Anette Goldberg

PRELIMINARES

Tentarei resumir aqui algumas das idéias contidas num estudo mais amplo¹ motivado por certas marcas de minha trajetória pessoal e esboçado inicialmente dentro de uma perspectiva comparada. O mesmo foi engendrado na reação de estranhamento que tive diante do chamado "novo movimento feminista" brasileiro, em suas expressões militantes e acadêmicas, quando retornei ao Rio de Janeiro em 1978, após longa permanência no exterior, durante a qual havia podido tomar contato com a experiência dos movimentos de liberação da mulher em sociedades liberais avançadas.

Movida por minha identificação com a esquerda brasileira no exílio e por minha "conversão" ao feminismo ocorrida no círculo de Mulheres Brasileiras em Paris busquei, naquela já longínqua primavera da "abertura", encontrar a militância onde faria a síntese dessas duas experiências, o espaço no qual poderia atuar segundo uma orientação que preconizava a impossibilidade de uma liberação das mulheres fora do socialismo, assim como a de um socialismo sem a liberação das mulheres.

Ora, o reencontro com mulheres de minha geração naquele momento surpreendeu-me. Chamou-me a atenção, por um lado, o fato de que a individuação de muitas delas tivesse sido um processo de grandes rupturas e crises pessoais sem que isso desembocasse em qualquer identificação com "irmãs de gênero" e estimulasse o surgimento de um movimento de liberação. Ao contrário, várias das que eu apressadamente tendia a etiquetar como "femi-

nistas" se referiam ao feminismo como "coisa de sapatão" ou como movimento de esquerda fechado e careta".

Por outro lado, espantou-se encontrar no Centro da Mulher Brasileira (CMB-RJ), associação que detinha o monopólio do movimento feminista no Rio de Janeiro desde 1975, um "novo feminismo" cujas expressões não o distanciavam muito da concepção marxista tradicional de "movimento de mulheres", sendo veiculado por representantes de uma corrente política que durante várias décadas, aliás havia se posicionado contra o feminismo e desprezado suas manifestações do passado, rotulando-as de fenômeno pequeno-burguês criado pela importação de idéias do estrangeiro.

Tudo me parecia fora do lugar. As "novas mulheres" não se consideravam feministas e as "novas feministas" tinham uma concepção do político e uma maneira de fazer política vetustas, ainda que entre elas houvesse muitas sinceramente preocupadas com a melhoria da situação das mulheres ou dispostas a lutar por uma nova sociedade igualitária sob todos os aspectos. Nada disso tinha similitude com a ideologia que eu associava aos novos movimentos de liberação urgidos na América do Norte e em países europeus a partir do final dos anos 60: no Brasil pouco se utilizavam as categorias "gênero" e "patriarcado" na caracterização da situação das mulheres; a prática de grupos de autoconsciência não era valorizada; a noção de autonomia e a idéia de experimentos sociais alternativos não apareciam no ideário feminista considerado adequado à realidade brasileira. E, fato mais estranho ainda para o meu olhar vindo de fora, encontrava-se em plena expansão, mas numa complexa relação com o movimento feminista, uma área de pesquisas - os "estudos sobre mulher" - já com certa legitimidade acadêmica e um grau de institucionalização surpreen

dente, visto de um prisma europeu.

Ter observado as evoluções caleidoscópicas do processo de transformação da ditadura em democracia e seus efeitos sobre os diversos setores da intelectualidade de esquerda, aí incluindo-se as feministas, ter "torcido" pelo Partido dos Trabalhadores, o grande sonho alternativo emergente do processo de abertura política, ter sido uma das fundadoras do Coletivo de Mulheres do Rio de Janeiro em 1979 e do SOS-Mulher em 1981 foram vivências pessoais que me estimularam a empreender o estudo mencionado e me sugeriram algumas hipóteses de trabalho. Inicialmente comparativas, essas hipóteses se apoiaram nas seguintes constatações:

1º) a existência em outras sociedades, portadoras de antiga tradição democrática e pluralista, de um amplo campo de possibilidades para a contestação de categorias ortodoxas de pensamento e para o surgimento de projetos sociais alternativos contendo ideais utópicos, onde podiam ser levantadas certas questões - a autonomia, a igualdade e as diferenças, o poder e o autoritarismo - e no seio dos quais podia ser resgatada a subjetividade e repensada a relação entre indivíduo e sociedade;

2º) a contemporaneidade de dois grandes tipos de mobilização de mulheres reivindicando o feminismo, principalmente nos EEUU, distinguindo-se já pela denominação adotada: um movimento feminista de cunho igualitário e vocação progressista atuando como grupo de pressão em prol de reformas sociais destinadas à melhoria da situação feminina, e um movimento de liberação das mulhe-

res de caráter "identitário" e revolucionário, em busca de uma transformação global da sociedade;

3º) a enorme importância de uma corrente feminista radical, propulsora dos grupos de autoconsciência e geradora das principais palavras de ordem propagadas pelos novos movimentos de liberação das mulheres, que teve uma influência determinante sobre as correntes feministas marxistas e socialistas desses movimentos;

4º) o caráter marcadamente epistemológico dos "estudos feministas" surgidos e consolidados inicialmente no campo do Ensino, profundamente enraizados nas práticas de autoconsciência, desenvolvendo-se como um campo de combate teórico, ideológico e institucional e convertendo-se mais recentemente num tipo de enfoque aplicável às mais variadas pesquisas (e não especialmente àquelas sobre mulher), onde os sexos aparecem como categorias socialmente construídas - os gêneros - cuja relação é percebida como elemento essencial de compreensão do funcionamento e da mudança das sociedades.

PREMISSAS E HIPÓTESES

Duas idéias vêm constituindo o fio condutor de meus trabalhos. A primeira delas é a de que o contato com uma "identidade de gênero" por parte de certas mulheres em determinados momentos de suas trajetórias - percepção que adquirem quanto ao fato de que os sexos feminino e masculino constituem categorias que ultrapassam sua dimensão biológica, e de que elas compartilham com outras mulheres uma série de experiências, problemas e

dificuldades específicas, sendo colocadas em situações sociais similares - pode desembocar em distintas orientações.

A primeira orientação é aquela que não as conduz necessariamente a agrupamentos e mobilizações coletivas de mulheres, e na qual uma certa consciência dessa identidade de gênero se expressa através de um processo isolado de rupturas e mudanças em aspectos de suas vidas, no sentido de uma individuação.

A segunda orientação é aquela que conduz mulheres a se agrupar, nomeando-se "feministas", e a buscar coletivamente soluções para seus próprios problemas e/ou para os problemas de todas as mulheres. Nesse caso, e esta é a outra idéia subjacente a minhas reflexões, à palavra "feminismo" podem ser associados diferentes significados, tanto no que diz respeito às suas representações individuais, quanto às coletivas.

O que me parece importante frisar e não perder de vista é que, em todos os casos, essas orientações e significados estão informados, por um lado, pela biografia de cada mulher implicada e, por outro lado, pelo campo de possibilidades existente para a concepção de certos projetos - individuais e/ou coletivos - e não de outros em momentos históricos determinados, idéia já desenvolvida por Velho (1981).

Por outro lado, parto do princípio de que nomear não é um ato neutro, razão pela qual parece-me útil fazer uso de uma distinção entre movimento feminista e movimento de liberação das mulheres, já sugerida por Guedilla (1981) e por Chinchilla (1982), autoras inspiradas pelas mobilizações de mulheres da última década em escala internacional, para analisar o movimento que no Brasil escolheu denominar-se "feminista". Da mesma forma, penso que a expressão "estudos feministas" tem um significado preciso que

não me parece estar contido no seu equivalente brasileiro "estudo sobre mulher" (Goldberg, 1986).

MOVIMENTO FEMINISTA

O movimento que se intitula feminista representa, por suas definições básicas, objetivos e forma de atuação, uma contnuidade com relação a mobilizações feministas que se afirmaram no passado, dentro de uma tradição liberal ou marxista.

Na tradição feminista liberal², o sistema social como uma totalidade não é questionado, e as assimetrias e desigualdades sexuais são vistas como fenômenos anti-naturais e culturais, produzidos por leis obsoletas, educação discriminatória, mentalidades atrasadas. Centrada portanto nas lutas pela igualdade entre os sexos, seus objetivos são a conquista de direitos civis e a eliminação de todas as formas de discriminação sexual presentes nos âmbitos social, econômico e político.

A organização ou movimento feminista atua inicialmente como um grupo de pressão para a conquista de direitos civis para todas as mulheres e de espaços públicos de intervenção para essa minoria política, podendo crescer até se transformar em grupo de representação no seio das estruturas de poder.

O feminismo liberal, cujo ideário estimula a realização pessoal e o sucesso, a conquista de liberdades e de poderes, apoiando-se na imagem e na ação de certas "mulheres exemplares", é a meu ver, a corrente com a qual melhor pode se identificar o individualismo contemporâneo. Creio, aliás, que em momentos e contextos onde se verifique uma forte presença do individualismo, "novas mulheres" de um certo tipo e com determina

das características podem surgir mesmo que isso não corresponda a uma onda feminista na qual mulheres estejam se agrupando e militando por alguma "causa de todas mulheres".

Na base da tradição feminista marxista³, por outro lado, encontra-se o pensamento clássico para o qual o sistema capitalista seria responsável pela opressão feminina. Decorrente dessa visão, o eixo central da mobilização é a luta por uma sociedade socialista; o movimento de mulheres constitui o setor do partido revolucionário de vanguarda encarregado da conscientização das mulheres com respeito às virtudes emancipatórias do trabalho assalariado (sendo o trabalho doméstico considerado improdutivo e desvalorizante) e da organização das trabalhadoras para reivindicar seus direitos.

MOVIMENTO DE LIBERAÇÃO DAS MULHERES

O movimento de liberação das mulheres se colocou em ruptura com a tradição igualitária e emancipatória dos feminismos do passado. Nos países onde a presença da corrente feminista radical⁴ foi forte e determinante, ela contrapôs ao discurso igualitário o da individuação, diferença e singularidade, ao tema da emancipação o da autonomia, ao ativismo dos grupos militantes tradicionais os coletivos de autoconsciência.

Para essa corrente, as origens das desigualdades sexuais e da opressão feminina se encontram no "patriarcado", tipo de supremacia e dominação masculina presente em todas as sociedades históricas e em todas as relações sociais, responsável pela exclusão sistemática das mulheres de todas as instâncias de poder e pela permanente desvalorização dos papéis e tarefas

a elas atribuídos. As feministas radicais consideravam que a liberação adviria da erradicação do patriarcado e de seus efeitos, e a luta das mulheres por elas preconizada - pela abolição de todas as relações autoritárias e práticas opressoras em todas as instâncias da vida privada e pública - se apoiava numa concepção dos "gêneros" que adquiria um significado muito mais amplo, traduzindo não apenas a idéia de categorias socialmente construídas e reproduzidas por uma cultura, mas a da presença de verdadeiras "castas" ou "classes" sexuadas perpassando qualquer organização social existente.

Os grupos de autoconsciência foram criados pelas feministas radicais com o objetivo de desnaturalizar e de tornar visíveis a dinâmica e os efeitos do patriarcado, imperceptíveis para grande número de mulheres. Tratava-se de organizar pequenos grupos em cujas reuniões as participantes pudessem falar de suas experiências pessoais e confrontá-las com as das demais, o que deveria levá-las a constatar que seus problemas não eram únicos nem particulares, mas que faziam parte de toda uma vivência social de opressão compartilhada por todas as mulheres. Acreditava-se que nesse processo de "tomada de consciência de genêro" poder-se-ia mudar completamente a percepção daquilo que se costumava considerar como importante, legítimo e válido. A partir do momento em que mulheres se expressassem a respeito de suas vidas cotidianas, de suas experiências pessoais e trajetórias, uma vez que "fatos isolados" e "problemas pessoais" adquirissem visibilidade, revelar-se-ia também sua dimensão crucial. Rompido o sigilo sobre os abortos clandestinos, sobre a violência e as violações no seio das relações familiares, por exemplo, esses fenômenos da "esfera privada" se tornariam públicos

e, por conseguinte, passíveis de se converter em bandeiras de luta, de ser percebidos como fatos sociais e políticos.

Além disso, para as feministas radicais, os pequenos grupos de autoconsciência representavam por si só um micro-experimento social de tipo utópico, onde as participantes já poderiam ir pondo em prática uma alternativa existencial num lugar de individuação e singularização, ter um espaço de liberdade, democracia, pluralismo e autonomia, no qual seriam desenvolvidas práticas solidárias de irmandade (sisterhood). Elas acreditavam que o potencial transformador e revolucionário desses micro-experimentos, tanto na vida pessoal de cada participante quanto com relação à sociedade, poderia ser imenso.

A corrente feminista marxista ou socialista⁵ do movimento de liberação nasceu estimulada pelos questionamentos da corrente feminista radical, aplicados de saída à situação de discriminação e opressão vivida pelas militantes no seio dos grupos da chamada "nova esquerda" norte-americana e europeia⁶.

Nos EEUU essa corrente procurou se diferenciar, por um lado, do movimento feminista liberal, que considerava conservador e reformista, e, por outro lado, da corrente feminista radical, que considerava sexista, embora a tivesse como sua principal interlocutora e reconhecesse a importância de sua contribuição teórica (para o movimento de liberação das mulheres) e epistemológica (para os Women's studies).

Cabe observar que nos países europeus as denominações "movimento feminista" e "movimento de liberação das mulheres" tenderam a ser usadas como sinônimas, uma vez que no início dos anos 70 não havia mobilização expressiva de mulheres que se nomeassem "feministas" e atribuíssem a esse termo uma conotação

apenas igualitária, emancipatória e progressista. Assim sendo, as feministas fundadoras dos movimentos de liberação tiveram que se contrapor principalmente a correntes de esquerda que defendiam a idéia de "movimento de mulheres" - organização feminina subordinada à disciplinas e aos objetivos partidários - sem reivindicar qualquer feminismo. Mais tarde, muitas das militantes então defensoras dessa concepção foram contagiadas pelo "novo feminismo" e acabaram tendo um papel fundamental em debates internos de suas organizações e partidos, chegando a provocar fracionamentos nos mesmos, e/ou a abandonar o tipo de militância anterior.

O feminismo marxista ou socialista, considerando a explicação marxista ortodoxa com respeito à origem da opressão das mulheres economicista, reducionista e biologista, passou a buscar suas causas na combinação entre o sistema de produção capitalista e as diferenças biológicas entre os sexos. Para as teóricas dessa tendência a opressão "patriarcal" é necessária ao capitalismo. Algumas consideram que existe um sistema integrado - o capitalismo patriarcal - no qual a divisão sexual do trabalho e as relações sociais de classe/genêro se reforçam mutuamente e intervêm simultaneamente nas esferas da produção e da reprodução; outras se referem a dois sistemas relativamente autônomos, onde o capitalismo estrutura a instância de opressão econômica e o patriarcado a de dominação biológica. Foram importantes para a consolidação dessa corrente os debates a respeito da mão-de-obra feminina como exército industrial de reserva e sobre o valor do trabalho doméstico.

Como para as feministas marxistas ou socialistas não existia um "inimigo principal", a luta devia ser travada simul

ra a análise da organização e das relações sociais.

É bom ressaltar que as questões levantadas pelos movimentos de liberação das mulheres penetraram nos espaços acadêmicos inicialmente na área de Ensino, na qual as intelectuais feministas tiveram de enfrentar inúmeras dificuldades e resistências dentro das instituições, mas sua força provinha do fato de que elas podiam, por um lado, satisfazer uma demanda crescente de informação e de formação proveniente de uma clientela feminina militante e contestatária e, por outro lado, empenhar-se na elaboração de um instrumental teórico adequado para uma revisão total dos paradigmas teóricos das disciplinas que ministravam, o que as valorizava sobremaneira.

Todo esse processo favoreceu o surgimento de mais de uma geração de pesquisadoras não apenas interessadas em estudar "mulher", mas trabalhando com novos parâmetros teóricos e motivadas para uma reflexão de caráter epistemológico. Isso se verificou também, embora em menor escala e adotando procedimentos distintos, em países europeus como a Inglaterra e a França, onde certas iniciativas na área acadêmica ao longo dos anos 70, voltadas para o ensino, foram abrindo terreno para a incorporação de um enfoque inovador na abordagem dos mais diferentes temas e em várias disciplinas.

Inspirada pelas precisões e distinções aqui alinhavadas pude formular três hipóteses intimamente relacionadas. A primeira delas é a suposição de que o tipo de entrelaçamento entre "modernidade" e processo político que deu especificidade e criou as peculiaridades da sociedade brasileira da primeira década de ditadura militar tenha limitado o campo de possibilidades para o aparecimento de um movimento de liberação semelhante àquele

que vinha mobilizando no mesmo período, em sociedades liberais avançadas, mulheres de mesma geração e camada social, com trajetórias e questionamentos "identitários" muito semelhantes aos de muitas jovens brasileiras das camadas médias urbanas.

A segunda hipótese é a de que a consolidação do autoritarismo no período que se seguiu ao AI-5, concretizando uma ameaça aos direitos de cidadania dos indivíduos, possibilitou à intelectualidade de esquerda - homens e mulheres unidos -gestar um projeto feminista "bom para o Brasil", o qual pôde se afirmar e se institucionalizar em 1975, momento de articulação de vários setores da chamada sociedade civil.

A terceira hipótese é a de que a inexistência de um movimento de liberação das mulheres no Brasil explica, por um lado, a complexa articulação que se estabeleceu entre uma fecunda área de "pesquisas sobre mulher", o Estado, a esquerda e o movimento feminista e, por outro lado, a inexistência de estudos feministas propriamente ditos, enquanto atividades de ensino ou de pesquisa, ao menos ao longo do período que precedeu a "abertura".

A trabalho que venho desenvolvendo busca captar a realidade e a especificidade do movimento feminista brasileiro, reconstituir sua gênese e identificar os fatores propiciadores daquilo que denominei um "projeto feminista liberalizante", ao estudar suas manifestações localizadas e particularizadas e suas representações. Para tal, optei por uma periodização da história do novo feminismo brasileiro segundo a qual tudo não começa simplesmente em 1975, Ano Internacional da Mulher, mas onde procuro mostrar que o próprio fato de ser justamente esse o momento em que as primeiras associações "neo-feministas" surgiram

taneamente contra a opressão capitalista e a opressão patriarcal, visando a construção de uma sociedade onde houvesse outro sistema de produção e fossem transformadas as relações entre os sexos nas esferas da família e da sexualidade, de maneira que essa nova sociedade não mais produzisse e reproduzisse "gêneros". Elas preconizavam para tal fim a dupla militância, ou seja, a atuação nas organizações da esquerda revolucionária (oriundas da ruptura com os partidos ditos reformistas, stalinistas, revisionistas, etc.) e no chamado movimento autônomo de mulheres. É bom notar que a noção de autonomia para essa corrente, muito marcada pela luta ideológica travada no terreno da militância de esquerda, acabou se restringindo à noção de não-subordinação dos coletivos feministas aos grupos e partidos políticos, perdendo a conotação utópica da idéia de autonomia contida no feminismo radical.

ESTUDOS FEMINISTAS

É também, a meu ver, na prática dos grupos de autoconsciência que podem ser localizadas as raízes daquilo que foi inicialmente denominado Women's Studies, e do que hoje se considera "estudos feministas". Parece-me relevante o fato de que esses estudos só tenham se consolidado em espaços acadêmicos quando mulheres sensibilizadas pelos grupos de autoconsciência, formadas por cursos e seminários oferecidos por feministas pioneiras, ao se profissionalizar passaram a se dedicar à investigação, o que foi ocorrendo num momento posterior às grandes campanhas e mobilizações da primeira metade dos anos 70, passada a fase áurea do ativismo em coletivos de diferentes tipos.

Cedo ficou patente que o processo de tomada de consciência de uma opressão "de gênero" generalizável a todas as mulheres, além de "tornar público o privado" e levantar bandeiras de luta totalmente inéditas, podia questionar profundamente o campo dos saberes e poderes constituídos e legitimados academicamente, sobretudo no campo das Ciências Sociais e Humanas. A valorização das vivências pessoais e das trajetórias, a ênfase nas diferenças e na pluralidade de experiências por parte das mulheres deu-lhes, por um lado, o estatuto de "produtoras" de conhecimento; por outro lado, ao sair da categoria habitual de meros objetos de estudo, elas puderam questionar e denunciar como sexista, racista e etnocêntrico todo um arsenal teórico produzido por indivíduos de sexo masculino, raça branca, originários de certas sociedades ocidentais.

Mesmo se a conversão de militantes em pesquisadoras não se deu sempre sem ambivalências e contradições, parece-me que os problemas maiores com relação a isso se colocaram em países onde o movimento de liberação das mulheres não logrou se enraizar socialmente, mantendo-se uma espécie de gueto de ativistas. Meu contato com investigadoras norte-americanas fez-me perceber que, para elas as atividades de docência e pesquisa apresentam até hoje uma continuidade com o mesmo engajamento radical do tempo em que, como estudantes, militavam no movimento. Agora, os espaços acadêmicos são vistos como terrenos de luta, não apenas do ponto de vista das discriminações que atingem professoras e investigadoras a nível institucional, mas também no que tange à possibilidade de elaboração de problemáticas inovadoras em todas as disciplinas, a partir de uma reflexão epistemológica que serve de base a novas categorias e pressupostos pa

contém as marcas de dois momentos anteriores de inflexão do processo político nacional: o golpe militar de 1964 e o endurecimento da ditadura trazido pelo AI-5 em 1968.

AS PROMESSAS DOS ANOS 60

O desenvolvimentismo dos anos JK, responsável pelo crescimento econômico baseado na industrialização e urbanização aceleradas, que transformou muitos aspectos da sociedade brasileira, foi também propulsor de profundas modificações no que diz respeito à situação das mulheres e às relações entre os sexos, principalmente no seio das camadas médias dos grandes centros urbanos.

Dois indicadores ilustram a evolução dos costumes e a "mudança de mentalidades", como diriam historiadores franceses, no tocante às representações do sexo feminino e às funções a ele atribuídas: a alteração do estatuto jurídico da mulher casada e o aparecimento da revista Cláudia.

O "Novo Estatuto da Mulher Casada", lei aprovada e incorporada ao Código Civil em 1962, é bem revelador do alcance e dos limites dessa evolução naquele momento. O projeto inicial de autoria da jurista Romi Medeiros da Fonseca, que propunha a plena igualdade entre os cônjuges, tramitou durante dez anos nos poderes legislativos, sendo afinal transformado num texto que finalmente distinguia a mulher casada dos indígenas, dos incapacitados e dos menores e lhe possibilitava o exercício de atividades assalariadas sem necessitar a autorização do marido; este, no entanto, permanecia sendo o chefe da sociedade conjugal (Verucci; Marino, 1985).

Por outro lado, a revista mensal Cláudia, surgida em outubro de 1962, foi o primeiro periódico feminino fruto de uma concepção distinta daquele que se encontrava na base de inúmeras revistas de fotonovelas de grande circulação na época, trazendo matérias substantivas e reportagens sobre temas da atualidade. Cláudia representou, conforme assinalaram Sarti e Moraes (1980), o espírito da década com relação à mulher. Nova consumidora moderna numa sociedade "em vias de modernização", sua leitora típica era a jovem esposa das camadas médias urbanas que dispunha de poder aquisitivo para comprar os produtos sugeridos e/ou anunciados ao longo das páginas: moda, beleza, eletrodomésticos, mobiliário e decoração, alimentação, viagens.

Logo se verificou também que entre as leitoras da nova revista havia muitas jovens casadas e/ou solteiras cheias de inquietações, insatisfações, dúvidas e contradições. E para responder às perguntas formuladas em centenas e centenas de cartas que começaram a chegar à redação do periódico, a editora Abril contratou Carmen da Silva, escritora com formação em Psicologia, para assumir a seção "A Arte de Ser Mulher", pela qual ela foi responsável desde 1963 até seu falecimento em 1985.

Os artigos de Carmen da Silva se referiam aos problemas da vida cotidiana das mulheres das camadas médias urbanas, às dificuldades de relação entre os sexos, a várias questões candentes para as moças da época - medo da solidão, busca da felicidade, insatisfações da vida conjugal, frustrações sexuais, maternidade, desejo, bloqueios e culpas. Tiveram tanto sucesso que foram reunidos em duas coletâneas (Silva, 1966 e 1967) e é importante notar que toda uma geração de mulheres (entre as quais

várias futuras militantes feministas), foi influenciada por sua leitura.

Jovens revoltadas e mulheres inquietas pertencentes ao que se poderia chamar de "geração-sanduiche", seduzidas pelas transformações em curso na sociedade brasileira e atraídas pelas novas promessas da feminilidade, tiveram naquela década comportamentos simbólicos identificados com uma certa representação da "modernidade". Mas mesmo ousando tê-los, elas se sentiam ameaçadas e inseguras diante das fantasias de individuação e liberação que os mesmos suscitavam.

Como observa Figueira (1985) referindo-se aos anos 60, "ser moderno" tornou-se automaticamente sinônimo de transgredir, significando antes de mais nada estar em contraste manifesto com valores e modelos de comportamento habituais e comumente admitidos. Mas isso não se fazia facilmente, e as entrevistas que pude realizar com mulheres que têm hoje em torno de 40 anos mostram claramente todas as ambivalências e as dificuldades, acompanharam, por exemplo, o dramático processo da perda da virgindade. Pude constatar, estudando trajetórias de mulheres que começaram a viver crises pessoais e "mal-estar em família" (Nicolaci-da-Costa, 1985) no princípio dos anos 60 que os caminhos escolhidos por elas seguiram grosso modo duas orientações que chamarei de "transgressão individualista" e "transgressão holística"⁷.

A TRANSGRESSÃO INDIVIDUALISTA

Entre essas moças que tinham em torno de 18 anos na ocasião do golpe militar de 1964, são inúmeras aquelas que, na adolescência, haviam consumido vorazmente as histórias de amor publicadas em coleções especialmente concebidas para o público feminino. Segundo Prado (1981), entre 1935 e 1960, encontravam-se nelas aproximadamente 200 títulos de livros em circulação, veiculando um modelo feminino e outro masculino circunscritos por uma certa visão de amor e do casamento no interior de um sistema moral determinado. Mas a mesma autora observa, analisando particularmente as obras assinadas por M. Delly, que dentro de um modelo feminino de pureza, subordinação e domesticidade, as heroínas podiam ser vistas sob outro ângulo, como mulheres fortes, ativas, que se impunham e venciam por sua personalidade, obtendo o reconhecimento do seu espaço pessoal, do direito de fazer certas opções e de manifestar opiniões.

A análise de Prado é interessante porque revela justamente algumas das características que foram conformando paulatinamente um novo estilo de mulher - a "liberada" dos anos 70 - resultante do processo de transformações da sociedade brasileira, da expansão do individualismo, de difusão da psicanálise e da influência difusa de um feminismo de orientação liberal.

A nova feminilidade que despontou nos anos 60 consistiu numa versão "moderna" de um modelo já interiorizado, na qual

se estimulava o ingresso das mulheres em cursos universitários e até, eventualmente, sua profissionalização, desde que os deveres conjugais e maternos não fossem negligenciados. Para muitas, o vestibular e os primeiros anos de faculdade coincidiram com o noivado, o casamento, o nascimento do primeiro filho, e isso frequentemente provocava a interrupção dos estudos universitários ou o não exercício da profissão, uma vez concluído o curso superior. Os estudos e/ou a carreira, em muitos casos, foram retomados mais tarde, quando os filhos já estavam maiores, para preencher um certo vazio existente na vida conjugal ou quando o casamento se rompeu.

É frequente encontrar mulheres que cursaram faculdades durante os anos 60 sem que isso tivesse derivado de um apelo vocacional bem determinado ou mesmo de uma avaliação das perspectivas de futura inserção no mercado de trabalho. Para algumas, de origem modesta, fazer estudos superiores simbolizava uma promissa de ascensão social; para outras esse desejo aparecia associado à idéia de valorização num "mercado matrimonial" onde os rapazes pareciam estar buscando companheiras melhor informadas e mais cultas. Para muitas, de famílias conservadoras, cursar uma faculdade implicava em enfrentar oposição cotidiana e a ameaça fantasmática de não conseguir marido. O que é certo em todos os casos é que a carreira propriamente dita aparecia geralmente como secundária, e que a idéia de realização pessoal permanecia associada a um ideal de amor romântico.

As faculdades mais procuradas pelas vestibulandas ao longo dos anos 60 foram aquelas cujos cursos, de alguma forma, se enquadravam nessa visão atualizada da feminilidade: Letras, Direito, Pedagogia, Psicologia, História e Geografia (Barroso; Namó de Mello, 1975). Se era revolucionário, em comparação com mulheres de gerações anteriores, almejar e procurar atingir um nível mais alto de instrução e, eventualmente, exercer uma profissão, essas escolhas femininas, podem hoje ser analisadas como um processo de transgressão individualista negociado. Elas refletiam fundamentalmente um desejo de realização em algo além do amor, mas esse algo podia perfeitamente consistir em assumir na esfera pública atividades e tarefas tradicionalmente atribuídas às mulheres na esfera privada (as educativas, por exemplo), desde que isso lhes trouxesse uma valorização e um reconhecimento fora do âmbito familiar.

Cabe notar que, no mesmo período, outras mulheres foram buscar sua individuação num processo de transgressão individualista onde as emoções e a sexualidade adquiriram enorme importância, e no qual elas expressaram seu inconformismo com a moral e os costumes vigentes através de comportamentos então considerados indecentes e escandalosos. Isso se deu, por exemplo, em ambientes artísticos - cinema, teatro, música popular - onde certas figuras (algumas hoje consideradas "musas") contribuíram para a construção da imagem de uma "mulher liberada" - expressão que tinha uma conotação extremamente pejorativa - enfrentando

com coragem e petulância a censura de diversas "patrulhas" de direita e de esquerda.

A TRANSGRESSÃO HOLÍSTICA

O tipo de transgressão que chamei de holística parece ter se dado dentro de um esquema onde o movimento de individualização apareceu vinculado à idéia de "missão" a cumprir com outrem, por outrem, para a sociedade⁸. Refiro-me aqui a jovens - moças e rapazes - da geração mencionada para quem a militância por uma causa social apareceu como uma forma de ruptura com certos valores e expectativas familiares.

Depois do golpe militar de 1964 a censura e a repressão se instalaram progressiva e seletivamente no país, poupando inicialmente uma boa parcela da intelectualidade. Por essa razão a mesma pôde permanecer numa espécie de euforia vanguardista-progressista até o final dos anos 60, comportando-se como um núcleo de resistência ao projeto social do novo regime (Buarque de Hollanda; Gonçalves, 1982) e contribuindo para a propagação de um ethos de esquerda no seio de certos setores das camadas médias dos grandes centros urbanos. Como bem observou Schwarz (1978), apesar da ditadura de direita havia relativa hegemonia cultural da esquerda no país, o que, para esse autor, constitui o aspecto mais visível do panorama cultural brasileiro entre 1964 e 1969.

Dessa forma, um espaço de transgressão para um conside
rável setor da juventude foi, ao longo dos anos 60, o ambiente
esquerdista que existiu no meio acadêmico, predominando sobretudo
em certas faculdades, e nos meios artísticos em geral. Os
cursos de Ciências Sociais, por exemplo, atraíram uma clientela
de ambos os sexos bastante peculiar, politizada ou em vias de
politização. Consta que a opção por esses estudos era consequente
de uma visão de proximidade entre "sociologia" e "socialis -
mo", amálgama que tanto os militares no poder quanto a esquerda
oposicionista faziam com frequência naquela época. tratava-se
de faculdades onde muitos alunos acreditavam poder encontrar a
explicação dos fenômenos sociais e munir-se dos instrumentos teóri
cos mais adequados para o empreendimento de uma missão "salvada
dora" da sociedade brasileira.

A presença de mulheres nas faculdades de Ciências Soci
ciais também parecia expressar algo de novo com relação à escol
ha de outras faculdades já mencionadas: uma vontade de saber,
mais do que simplesmente de "adquirir cultura geral", de partici
par e ter um lugar na sociedade como protagonistas e não coadjuv
vantes, de romper mais radicalmente com certos valores e expe
pectativas familiares. A realização desses desejos era aparenteme
mente também facilitada pela adesão a um dos grupos de "vanguarda
" aí existentes, nos quais várias moças já eram adeptas do
"amor livre" e diziam rejeitar a perspectiva do casamento e da
maternidade. Tais declarações de princípio eram estimuladas e

aprovadas pelo coletivo, que via nelas bons sinais de ruptura com os valores ditos "pequeno-burgueses".

Assim, era importante para as jovens estudantes universitárias "mais conscientes" ser aceitas no seio de alguma das organizações de esquerda - a escolha era feita, geralmente, em função do lugar de atuação do namorado - para participar de um movimento transformador, considerado transcendente. O preço a pagar por essa "inclusão" e pela possibilidade de participação política variou segundo o caso, indo da assunção de certos conflitos com alguns membros da família até o rompimento total e o abandono do domicílio. Sabe-se hoje que esse processo, representado como liberador e de individuação, costumava desembocar numa nova situação opressora, em muitos aspectos semelhante à do universo familiar. A filiação a um grupo de esquerda, implicava, para ambos os sexos, na adoção de um conjunto de normas simbólicas que regiam a expressão oral e escrita, a maneira de trajar, a escolha do mobiliário das casas, impunham certas leituras, referências teóricas e até mesmo critérios de avaliação estéticos e morais.

No Rio de Janeiro, entre 1966 e 1967, assistiu-se ao nascimento de uma jovem esquerda conhecida então como "esquerda festiva" ou "geração Paissandu"⁹. Tratava-se de um grupo um pouco mais jovem (incluindo muitos estudantes secundaristas) que só havia tomado um primeiro contato com a política após o golpe militar de 1964, e que se definia fundamentalmente por fazer

contraste com os discursos nacionalistas e reformistas do PC pró-soviético e por se opor ao "stalinismo" dos pró-chineses organizados no PCdoB.

Essa "nova esquerda" reivindicava, por um lado, os ensinamentos do processo guerrilheiro em curso em outros países latino-americanos, incorporando à sua formação política, além dos clássicos marxistas, escritos de Che-Guevara e de Régis Debray. Por outro lado, ela tinha como forte referência geracional a ideologia da contracultura e o movimento hippie norte-americano, o que, como menciona Polari (1982), conduziu-a a buscar uma mediação entre o político e o pessoal, a questionar hábitos, costumes e moral autoritária inclusive no seio de práticas "progressistas" de transformação da sociedade.

Esse ideal utópico entretanto teve curto fôlego. A conjuntura foi mudando e estreitando-se o campo de possibilidades para a sua difusão, o que fez com que os representantes da transgressão holística se dividissem e tomassem caminhos distintos, assumindo duas formas de resistência e protesto que se expressaram, no começo da década seguinte, pelas opções "luta armada" e "desbunde".

De um lado, não podendo deixar de combater a ditadura militar, o movimento estudantil cresceu e se "politizou" muito rapidamente a partir de campanhas contra a política universitária do governo, seus quadros passando a buscar alianças com o movimento operário e a dar prioridade a práticas de enfrentamen

to com as forças repressivas. De outro lado, como alter ego desse movimento estudantil radicalizado, começou a se afirmar no país um movimento cultural chamado "tropicalismo", que atingiu seus momentos mais importantes no final dos anos 60, com o boom de uma produção artística inovadoramente contestatária, distante de um engajamento político tradicional mas próxima da disposição anárquica e rebelde que caracterizava a beat generation (Buarque de Hollanda, 1980). Também tivemos o nosso 1968, é certo, só que o processo político que vinha modelando a sociedade brasileira desde o início dos anos 60 afastou do mesmo toda possibilidade de difusão de uma cultura política libertária e de certos ideais utópicos como aqueles presentes nos movimentos contestatários surgidos em sociedades liberais avançadas no mesmo período, fornecedores do background para a formação dos movimentos de liberação da mulher do começo dos anos 70 (Goldberg, 1982).

A bifurcação da transgressão holística em duas orientações - o da jovem esquerda revolucionária no seio da qual acabou prevalecendo um ethos conservador, autoritário e moralista, e o da "marginália", onde se expandiu um ethos liberador e hedonista, individualista e desvinculado de qualquer projeto de revolução social - é, no meu entender, crucial para o entendimento da história do feminismo que ressurgiu de forma organizada no Brasil em 1975, e para o estudo e mapeamento das tendências que nele emergiram.

Parece-me consequência de tudo que foi dito sobre os anos 60 o fato de que a percepção de sua "identidade de gênero" por parte de mulheres que viveram a adolescência ou o início da idade adulta com todas as injunções daquela década não tenha sido então canalizada por nenhuma experiência coletiva feminina, limitando-se a funcionar como um dado de negociação individual com a realidade, ao longo de processos de individuação pontilhados por ambivalências e hesitações, oscilando entre os conflitos e os compromissos, a rebeldia e o consentimento.

Com efeito, as únicas mulheres que se mobilizaram coletivamente enquanto mulheres no final dos anos 60, fizeram-no num empreendimento de tipo salvador, fazendo valer justamente suas identidades legitimadas e reconhecidas socialmente de mães, para protestar contra a violência das ações policiais dirigidas contra estudantes e operários.

AS LUZES E AS TREVAS DO COMEÇO DOS ANOS 70

Uma nova realidade social, dentro da escalada do poder militar, foi instaurada pela proclamação do Ato Institucional nº 5 (AI-5) em dezembro de 1968, decreto que aboliu todos os limites constitucionais à ação governamental por um período indeterminado atribuindo ao Executivo uma série de prerrogativas excepcionais.

Logo começou a ser alardeado o "milagre econômico", com o objetivo demagógico de obter a adesão das camadas médias ao regime ditatorial: a apresentação de sua fachada-impacto visava no fundo adaptar a demanda do mercado nacional à produção cada vez mais dependente dos países industriais avançados, através do estímulo ao consumo desvairado de tudo aquilo que passou a ser veiculado pelos meios de comunicação como símbolos representativos da "modernidade".

Mas a outra cara desse "milagre econômico" era o medo e a perplexidade que tomou conta de certos setores das camadas médias intelectualizadas, bruscamente encurraladas e sufocadas dentro de um cotidiano histérico, estridente e fosforescente, cujos sons e imagens desconexas pareciam ter como finalidade primordial aturdir, massificar, cegar, ensurdecer, silenciar. Tratava-se de abafar protestos, de neutralizar resistências, de estimular o individualismo, o hedonismo e o narcisismo; era preciso impedir agrupamentos e ações coletivas, imunizar a população contra a "subversão" e torná-la insensível às arbitrariedades e violências praticadas pelos órgãos de repressão em nome da "defesa da segurança nacional".

A MULHER NOVA

Na euforia do "milagre" e dos incentivos à "modernidade" que tomou conta de amplos setores das camadas médias urbanas brasi-

leiras no início dos anos 70, começou a ser positivamente veiculado um novo símbolo feminino - a mulher "liberada" (termo que passou então a ter uma conotação mais positiva), casada ou não, pouco voltada para encargos domésticos e familiares e com grande preocupação com a aparência física, o corpo, a vida sexual, o equilíbrio psíquico. Não é por acaso que, como observa Buitoni (1981), o produto mais veiculado nas revistas em geral naquele momento era o sexo, sendo Nova, a versão brasileira da Cosmopolitan norte-americana, o produto editorial mais original e característico da década, destinado a "fabricar e moldar" mulheres liberadas para ser consumido pelas mesmas.

A mulher "Nova" do começo daquela década tinha entre 25 e 30 anos, pertencia a setores das camadas médias urbanas do Rio e de São Paulo favorecidas pelo "milagre", apresentava um nível de instrução razoável e encontrava boas possibilidades de profissionalização (= independência econômica). Seu "projeto de vida" se inseria, como o de muitos brasileiros naquele momento, numa perspectiva individualista e competitiva de êxito pessoal e ascensão social. Graças às empregadas domésticas e à relação de "cumplicidade substitutiva" mantida com certas figuras femininas do universo familiar, ela não tinha grandes motivos para questionamentos a propósito dos "gêneros" na esfera doméstica. As dificuldades e os problemas considerados por ela como "pessoais" eram abordados e tratados por psicanalistas. Tudo se passava então, aparentemente ao menos, como se não houvesse nenhu-

ma motivação ou razão concreta que pudesse levá-la a identi-
ficar-se com uma idéia de opressão comum a todas as mulheres e me-
nos ainda a buscar qualquer forma de agrupamento ou mobilização
coletiva.

A ausência de conflitos visíveis entre os sexos e a
inexistência de agrupamentos ou mobilizações a partir de temas
que, naquele mesmo período, estavam dando origem aos novos movi-
mentos de liberação das mulheres em sociedades liberais avança-
das se verificou também nos novos espaços de radicalização já
mencionados - o universo da "esquerda armada" e o do "desbunde"
- que se haviam transformado em opções existenciais também para
muitas mulheres "transgressoras" da década anterior.

OS GÊNEROS NA ESQUERDA ARMADA

A "nova esquerda" brasileira a partir de 1969 investiu
pesadamente na resistência armada ao regime e se escondeu nas
organizações revolucionárias clandestinas, onde passou a impe-
rar o culto da ação e dos heróis, onde se valorizavam atributos
como a bravura, o desprendimento, a disponibilidade para enfren-
tar quaisquer perigos e todo um arsenal de qualidades "morais"
através dos quais se media o "nível ideológico" dos militantes.

Nessas organizações, muitas daquelas jovens "transgres-
soras" dos anos 60, desejosas de agir socialmente enquanto su-
jeitos, tiveram de moderar suas ambições. As injunções do con-

texto e de certas características femininas, menos afeitas às condições, dificuldades e perigos da ação revolucionária, transformaram aspirações ao papel de protagonistas em aceitação tácita de postos de "coadjuvantes" em missões de alto risco sobre as quais, na maior parte dos casos, não opinavam. E isso era geralmente visto como "natural", como mostram vários depoimentos publicados em Memórias das Mulheres no Exílio (Oliveira Costa et alii, 1980).

Ora, como já disse anteriormente, por terem vivido experiências de discriminação e opressão semelhantes, grupos de mulheres norte-americanas e européias chegaram a desencadear verdadeiros processos de luta interna no seio das organizações de esquerda onde militavam, chegando a provocar graves crises políticas ou cisões nas mesmas.

No Brasil, o silêncio e o consentimento das militantes talvez possam ser atribuídos em alguns casos a uma "falta de consciência de gênero" ou a certas particularidades biográficas. Mas é interessante notar que houve mulheres que divergiram politicamente, que perceberam claramente as assimetrias sexuais dentro das organizações a que pertenciam, sentiram-se discriminadas e oprimidas, mas que, "em nome da revolução", de uma "luta maior", permaneceram caladas.

Isso se deu provavelmente da mesma maneira pela qual muitos militantes de ambos os sexos silenciaram diante de práticas autoritárias e opressoras de seus companheiros de militân-

cia, aceitando a separação entre a esfera do político e aquela do "pessoal", do humano. Até que ponto esses silêncios e essa demissão tiveram uma importância fundamental, tendo permitido a consolidação de certas opções estratégicas e táticas que imprimiram feições e impuseram rumos a esses grupamentos políticos, é certamente uma questão a ser levantada pelos historiadores do período.

O que é certo é que mesmo nos casos de mulheres para as quais a militância política tinha significado originalmente um rompimento com valores e expectativas familiares claramente estimulado por uma "consciência de gênero", posteriormente a mesma se reduziu a uma "conversão" à identidade de esquerda, processo no qual elas perderam toda capacidade de intervir sobre projetos e práticas ditos revolucionários, mas que pareciam deixar de lado justamente a questão das relações entre os "gêneros" e se limitavam a remeter para uma sociedade do futuro a "resolução" de "problemas da mulher" já diagnosticados.

OS GÊNEROS NO "DESBUNDE"

Concomitante à resistência armada, encontramos no início dos anos 70 outra forma fragmentada de protesto radical adotada por setores das camadas médias urbanas intelectualizadas aquilo que foi comumente designado como o "desbunde"¹⁰, que foi vivido por muitos jovens com um enorme potencial crítico e cria

tivo, o qual não pôde se expressar nem se corporificar em nenhum projeto social.

Um dos trabalhos mais ricos e elucidativos a respeito desse período é o estudo de Pereira (1981) sobre a poesia marginal nos anos 70, onde ele se refere ao desbunde como um processo de "politização do cotidiano" que resultou da penetração na cultura brasileira das idéias da chamada contracultura num momento de intenso fechamento político. No universo do desbunde, o mergulho na subjetividade era condição de sobrevivência (literalmente falando inclusive), e é aí onde se verifica o importante papel desempenhado pelo consumo dos tóxicos (Velho, 1975) e pela psicanálise (Figueira, 1981). Essa foi a época das viagens de auto-conhecimento, das ego trips onde a percepção dos fatos sociais e a apreensão da realidade passaram primordialmente pela experiência individual, o vécu. E nesse contexto onde a noção de "indivíduo" passou a ser extremamente valorizada, os processos de liberação pessoal foram desvinculados de qualquer engajamento político e/ou projetos holistas de transformação social.

A experiência do "desbunde" parece ter sido bastante similar para ambos os sexos nas suas motivações, escolhas e dramaticidade. Vários "desbundados" morreram prematuramente, por suicídio, acidentes, overdose; outros enlouqueceram, o que revela um destino tão trágico quanto o dos torturados e desaparecidos da mesma geração, encoberto pelo discurso do "cada um na

sua", da "curtição" e do "barato". Há indícios no entanto de uma percepção específica do "desbunde" por parte das mulheres. O hedonismo, a ludicidade e o erotismo, elementos onipresentes na "politização do cotidiano", parecem ter introduzido grande turbulência e novas exigências nas relações entre os sexos, evidenciando insatisfações e frustrações e estimulando a assunção de uma sexualidade mais livre e a busca de novos padrões existenciais por parte de mulheres desejosas de individuação. Infelizmente, embora já se disponha de alguns depoimentos, ainda não foram feitos estudos aprofundados sobre essa questão.

Muitas mulheres da "esquerda armada" e do universo do "desbunde" tomaram contato com os novos movimentos de liberação em sociedades liberais avançadas e criaram espaços de atuação com outras mulheres fora do Brasil ao longo dos anos 70 (Goldberg, 1987b), vindo a ter um papel importante na emergência de novas correntes e na constituição de novos polos de agrupamento no movimento feminista brasileiro anos mais tarde, já no contexto da "abertura" política.

Vimos que os questionamentos "de gênero" que poderiam ter sido feitos por umas e por outras coletivamente não tiveram expressão na sociedade brasileira do começo dos anos 70, fenômeno no quicá surpreendente, tendo-se em conta alguns aspectos do seu contexto nos anos 60. Mas ele encontra sua explicação no estreitamento do campo de possibilidades de mais de uma geração no início dos anos 70, sendo por sua vez chave para se entender

porque foi nesse período que nessa sociedade pôde ser gestado um feminismo liberatizante de esquerda, que encontrou sua expressão orgânica nas associações de mulheres surgidas em 1975 (Goldberg, 1987a).

Com efeito, descartada a possibilidade de emergência de uma corrente de liberação marxista ou socialista no seio da nova esquerda e/ou de uma corrente de liberação radical no universo do "desbunde", e provavelmente graças a isso, intelectuais de ambos os sexos puderam conceber o ideário feminista que será posteriormente posto em prática de forma negociada, oscilando entre um projeto político liberalizante e velhas práticas de esquerda por um lado, e um projeto feminista liberal e certas práticas inovadoras de algumas mulheres por outro lado.

A GUISA DE CONCLUSÃO

Parece-me que os conceitos "gêneros" e "consciência de gênero" vêm sendo incorporados às Ciências Sociais de forma pouco crítica, como panacéias que tudo explicam no que se refere à situação das mulheres e às relações entre os sexos, e tudo resolvem quando se trata de fazer história do feminismo, o que pode transformá-los em obstáculos teóricos para o entendimento de certos fenômenos.

Quando utilizo a expressão "identidade de gênero" busco evocar não uma construção social, uma situação ou posição

transformável socialmente a partir de uma "tomada de consciência" e uma luta organizada, mas um tipo de percepção que, calca da também em elementos de diferenciação oriundos da subjetividade, pode conduzir a mais de uma postura diante da mesma realidade.

É problemática, no meu entender, para fazer história dos feminismos, trabalhar com a idéia de que existe necessariamente evolução automática de uma "tomada de consciência de gênero" (o "em si") a uma "consciência feminista" (o "para si") levando mulheres conscientes a se aglutinar em torno de um projeto coletivo, seja ele liberal, radical, marxista ou socialista. Até porque, mesmo quando se dá essa aglutinação e um "projeto feminista" adquire visibilidade, provavelmente muitas identidades de gênero são excluídas dele, assim como outros projetos permanecem invisíveis.

O binômio "consciência de gênero"/ "consciência feminista" pode certamente descrever como e explicar porque mulheres se organizam em torno de certas reivindicações e de que maneira elas se transformam em novas "atrizes sociais" (geralmente de uma mesma política). Mas ele me parece insuficiente quando se trata de tomar em consideração a categoria "relações de gênero" como sujeito histórico, sobretudo quando ela não se impõe e se torna visível de alguma maneira, o que só costuma acontecer nas ondas de mobilização feminista.

NOTAS

- 1 Trata-se de um estudo sobre feminismo e mudança social no Brasil contemporâneo cuja primeira parte está desenvolvida em minha tese de Mestrado, *Feminismo e Autoritarismo: A Metamorfose de uma Utopia de Liberação em Ideologia Liberalizante* (IFCS/UFRJ), 1987), e cuja segunda parte constitui objeto de minha tese de Doutorado, ainda em andamento. Agradeço às organizadoras e participantes do seminário "Relações de Sexo x Relações de Gênero" (FFLCF/USP, 1987), onde tive a oportunidade de expor as idéias resumidas neste texto, podendo afiná-las com contribuições do debate.

- 2 São precursores do feminismo liberal contemporâneo Mary Wollstonecraft (1759-1797) e John Stuart Mill (1806 - 1873). Betty Friedan, autora de *A Mística Feminina* (Petrópolis, Vozes, 1971) e de *A Segunda Etapa* (Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1983) foi a herdeira mais conhecida dessa tradição, tendo liderado nos anos 60 a National Organization for Women (NOW) nos EEUU.

- 3 Sobre a evolução do pensamento dos marxistas a respeito da questão feminina, ver: Zuleika Alembert, "Os Marxistas e a elaboração teórica sobre a mulher", *Encontros com a Civilização Brasileira* Rio de Janeiro, nº

26, 1980; Feminismo: O Ponto de Vista Marxista, São Paulo, Nobel, 1986.

4 As idéias básicas da corrente feminista radical se encontram em: Kate Millett, Sexual Politics, Garden City, Doubleday, 1970; Schulamith Firestone, The Dialectic of Sex: The case for Feminist Revolution, New York, Morrow, 1970; Robin Morgan (ed.), Sisterhood is Powerful, New York, Random House, 1970; Anne Koedt; Ellen Levine & Anita Rapone (eds.), Radical Feminism, New York, Quadrangle, 1973; Christine Delphy, "L'Ennemi Principal", Partisans: Libération des Femmes Année 0, Paris, F.Maspéro, 1974.

5 Não me pareceu relevante para este texto expor as nuances que diferenciam a corrente feminista marxista da socialista, contidas em contribuições teóricas importantes nesse campo. Ver entre outras: Juliet Mitchell, "Mulheres, a Revolução mais Longa", Revista Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, nº 14, jul. 1967, e Woman's State, New York, Pantheon Books, 1971; Sheila Rowbothan, Féminisme et Révolution, Paris, Payot, 1973, Conscience des Femmes, Monde des Hommes, Paris, Des Femmes, 1976, e Além dos Fragmentos: O Feminismo e a Construção do Socialismo, São Paulo, Brasiliense, 1981;

Gayle Rubin, "The Traffic in Women: Notes on the Political Economy of Sex", in Rayna Reiter (ed.), *Toward an Anthropology of Women*, New York, Monthly Review Press, 1975; Lydia Sargent (ed.), *Women and Revolution: The Unhappy Marriage of Marxism & Feminism. A Debate on Class and Patriarchy*. London, Pluto Press, 1981.

6 A "nova esquerda" norte-americana e européia já nasceu integrando à ruptura com o marxismo ortodoxo toda uma cultura anti-autoritária que não teve de lidar com ditaduras, com repressão nem com uma onipresença do Estado, podendo florescer como um projeto social ao lado de outros. Isso fez com que as militantes dos grupos dessa "nova esquerda" já dispusessem de elementos, incorporados em sua própria formação política, para contestar as formas de discriminação e opressão vigentes nos mesmos, e para detectar contradições entre as teorias revolucionárias e as práticas "patriarcais" de seus companheiros.

7 A noção de "transgressão" aqui utilizada foi inspirada pela categoria de "desvio", definida como "produto de uma transação que ocorre entre algum grupo social e alguém que é encarado por aquele grupo como infrator de regras" em Howard Becker, "Marginais e Desviantes", in *Uma Teoria da Ação Coletiva*, Rio de Janeiro, Zahar,

1977. Ao longo dos anos 60, no seio das camadas médias urbanas do Rio de Janeiro, eram consideradas desviantes, em menor ou menor grau, moças que perdessem a virgindade antes do casamento, que manifestassem desejo de realização profissional, que militassem em grupos de esquerda, que frequentassem meios artísticos, enfim, todas aquelas que podiam, em alguma medida, ser tachadas de "liberadas", palavra pejorativa na época. Prefereri usar o termo "transgressão" porque ele traduz essa vivência do ponto de vista das próprias "desviantes".

Quanto à oposição entre "individualismo" e "holismo", central no debate sociológico a respeito da relação entre indivíduo e sociedade, ver Louis Dumont, Essais sur l'Indivudualisme: Une Perspective Anthropologique sur l'Idéologie Moderne, Paris, Seuil, 1983: "On désigne comme holiste une idéologie qui valorise la totalité sociale et néglige ou subordonne l'individu humain (...). On désigne comme indidualisme, par opposition au holisme, une idéologie qui valorise l'individu(...) et néglige ou subordonne la totalité sociale."

8 Essa idéia de "missão" provém originalmente de uma certa representação da mulher como moralizadora e redentora, herdada do positivismo. Ela está presente nos fundamentos ideológicos que presidiram ao surgimento de

associações de mulheres de esquerda nos anos 40, alen-
tadas pelo PCB em seu curto período de legalidade, e
também nas motivações que levaram mulheres de diferen-
tes camadas sociais a se mobilizar no início da década
de 60 em defesa de Deus, da Pátria e da Família, con-
tra o "perigo vermelho".

9 Na primeira metade dos anos 60 a vida política nos meios
de esquerda era animada por militantes do Partido
Comunista Brasileiro (PCB) pró-soviético, do Partido
Comunista do Brasil (PCdoB) pró-chinês e da Ação Popu-
lar (AP), de orientação católica progressista. Em São
Paulo havia também um setor de esquerda influenciado pe-
lo trotskismo, que não teve grande expressão no seio
da esquerda carioca. A partir de 1967, uma série de ci-
sões fêz surgir a "nova esquerda" brasileira: tratava-
se de dissidências e novos grupos cujas linhas básicas
eram a afirmação do caráter socialista da revolução e
da luta armada como forma de tomada do poder. A expres-
são "geração-Paissandu" designa justamente a juventude
radicalizada carioca dos anos 60 que frequentava esse
cinema de arte, ao lado do qual havia alguns bares e
restaurantes que serviam como pontos de reunião inte-
lectual e política.

10

Ver João Silvério Trevisan, Devassos no Paraíso: A Homossexualidade no Brasil, da Colônia à Atualidade, São Paulo, Max Limonad, 1986: "Ainda que a contragosto, a cruel ditadura militar brasileira dos anos 70 imprimiu um impulso peculiar em certas áreas da vida nacional. A urgência de uma modernização em ambiente avesso à prática política democrática talvez tenha favorecido, entre os jovens, o surgimento de movimentos de liberalização quase sempre desalinhados com orientações ideológicas precisas. (...) Daí porque uma das palavras-chaves do período foi 'desbunde' ou 'desbum'. Alguém desbundava justamente quando mandava às favas - frequentemente com aparência de irresponsabilidade - os compromissos com a direita e com a esquerda militarizadas da época, para mergulhar numa liberação individual, baseada na solidariedade não partidária, e quase sempre associada seja ao consumo de drogas, seja à homossexualidade (então recatadamente denominada 'androgínia')."

BIBLIOGRAFIA CITADA

BARROSO, Carmen & NAMO de MELLO, Guiomar

1975. "O Acesso da Mulher ao Ensino Superior Brasi-

leiro". Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n.15.

BUARQUE DE HOLLANDA, Heloísa

1980. Impressões de Viagem. CPC, Vanguarda e Desbun
de 1960-70. São Paulo, Brasiliense.

BUARQUE DE HOLLANDA, Heloísa & GONÇALVES, Marcos Augusto

1982. Cultura e Participação nos Anos 60. São Paulo,
Brasiliense.

BUITONI, Dulcília H. Schroeder

1981 Mulher de Papel. A Representação da Mulher pe
la Imprensa Feminina Brasileira. São Paulo,
Loyola.

CHINCHILLA, Norma

1982. "Ideologias del Feminismo: Liberal, Radical y
Marxista". In: Magdalena León (ed.), Debate
sobre la Situación de la Mujer en América La-
tina y el Caribe. Bogotá, ACEP. (Sociedad, Su
bordinación y Feminismo, vol. 3).

FIGUEIRA, Sérvulo Augusto

1981. O Contexto Social da Psicanálise. Rio de Ja-
neiro, Francisco Alves.

1985. "No Reino da Opção". Jornal do Brasil (Cader-
no Especial), Rio de Janeiro, 14 de julho.

GUEDILLA, Natty Garcia

1981. Libération des Femmes, Le MLF. Paris, PUF.

GOLDBERG, Anette

1982. "Os Movimentos de Liberação da Mulher na França e na Itália (1970-1980): Primeiros Elementos para um Estudo Comparativo do Novo Feminismo na Europa e no Brasil". In: Madel Therezinha Luz (org.), O Lugar da Mulher. Rio de Janeiro, Graal.

1986. "Femmes, Recherches, Féminismes au Brésil: Un Ordre de Facteurs qui Altère le Produit". Bulletin du CRIF, Paris, n. 10.

1987a. Feminismo e Autoritarismo: A Metamorfose de uma Utopia de Liberação em Ideologia Liberalizante. Tese de Mestrado apresentada ao IFCS/UFRJ. (mimeo)

1987b. Gênero Mulher, Identidade de Esquerda: O Feminismo das Brasileiras no Exílio. Trabalho apresentado no XIº Encontro Anual da ANPOCS, Águas de São Pedro. (mimeo)

NICOLACI-DA-COSTA, Ana Maria

1985. "Mal-Estar na Família: Descontinuidade e Conflito entre Sistemas Simbólicos". In: Sérvulo

Augusto Figueira (org.), Cultura da Psicanálise. São Paulo, Brasiliense.

OLIVEIRA COSTA et alii (ed.)

1980. Memórias das Mulheres do Exílio. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

PEREIRA, Carlos Alberto Messeder

1981. Retrato de Época: Poesia Marginal Anos 70. Rio de Janeiro, FUNARTE.

POLARI, Alex

1982. Em Busca do Tesouro. Rio de Janeiro, Codecri.

PRADO, Rosane Manhães

1981. "Um Ideal de Mulher. Estudo dos Romances de M. Delly." In: Perspectivas Antropológicas da Mulher. Rio de Janeiro, Zahar, v.2.

SARTI, Cynthia & MORAES, Maria Quartim de

1980. "Aí a Porca Torce o Rabo". In: Fundação Carlos Chagas, Vivência. São Paulo, Brasiliense.

SCHWARZ, Roberto

1978. "Cultura e Política 1964-1969". In: _____, O Pai de Família e Outros Ensaios. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

SILVA, Carmen da

1966. A Arte de Ser Mulher. Rio de Janeiro, Civiliza-
1967. zação Brasileira. O Homem e a Mulher no Mundo
Moderno. Rio de Janeiro, Civilização Brasilei
ra.

VELHO, Gilberto

1975. Nobres e Anjos. Um Estudo de Tóxicos e Hierar
quias. Tese de Doutorado apresentada a
FFLCH/USP. (mimeo)
1981. Individualismo e Cultura. Notas para uma An-
tropologia da Sociedade Contemporânea. Rio de
Janeiro, Zahar.

VERUCCI, Florisa & MARINO, Ediva

1985. Os Direitos da Mulher. São Paulo, Nobel/Conse
lho Estadual da Condição Feminina.

JORNAL DAS DAMAS, FEMINISMO NO SÉCULO XIX NA GRÉCIA

Profa. Eleni Varikas

O exposto baseia-se nos problemas que encontrei na minha pesquisa sobre a gênese de uma consciência feminista na Grécia no século XIX. Para iniciar, algumas palavras a respeito:

Há dez anos, por ocasião de um inquérito sobre o movimento operário, descobri, por acaso, a existência de uma corrente bastante importante naquela época, tendo conseguido editar, durante 30 anos (1887-1907), uma publicação semanal feminista que vendia cinco mil exemplares.

Essa descoberta deixou-me perplexa e um pouco envergonhada da minha ignorância, por ser historiadora e feminista. Abandon
dei todas as outras pesquisas para seguir os traços dessa corrente e estudar as causas de sua gênese; pois a existência de uma tal corrente, favorecendo a igualdade dos sexos, naquela época, não podia surgir naturalmente. De onde poderiam aparecer todas essas mulheres feministas, numa época em que as mulheres gregas tinham até dificuldade para andar nas ruas? Como conseguiram uma tal ambientação num período onde os movimentos de contestação (republicanos e socialistas) contavam apenas com uma dúzia de adeptos?

É verdade que os colegas masculinos tinham uma resposta pronta a essas perguntas: tratava-se de algumas "burguesas privilegiadas" que imitavam de modo servil as feministas estrangeiras. Mas, a imitação não é uma categoria explicativa, porém

descritiva. A imitação não poderia explicar nem o sucesso, nem a durabilidade de um fenômeno social, e menos ainda as formas específicas que o revestem.

Decidi procurar os fatores que permitiram o nascimento dessa corrente na sociedade grega, conforme as demandas sociais locais.

Desde o início de tal pesquisa, pode-se perceber que os paradigmas apresentados pelas ciências sociais existentes pouco ajudam na análise da realidade social, do ponto de vista das relações entre os sexos. O caráter androcêntrico das ciências sociais manifesta-se à todos os níveis da pesquisa e da reflexão. Porém, gostaria de sublinhar dois desses aspectos importantes:

A) A Invisibilidade das mulheres nas fontes e materiais de pesquisa, assim como nas perguntas a elas dirigidas. Deste modo, um viajante desconhecido, chegando de um planeta onde não existem dois sexos, após ter lido volumes inteiros sobre a história da humanidade, nunca suspeitará da existência das mulheres na terra. Mas o invisível também situa-se em outro nível:

Muitas vezes, se as informações recebidas das fontes não tratam das mulheres, é porque uma tal omissão parece tão natural, que se acha supérfluo mencioná-las.

Por exemplo na legislação da educação secundária.

Se alguém consultar a legislação grega de 1830, poderá

verificar que todos os filhos dos cidadãos gregos que foram bem sucedidos nos exames finais das escolas primárias se qualificam para seguir os cursos secundários. Mas, em 1841, se o diretor de uma escola aceitasse essa legislação literalmente, admitindo no liceu uma jovem estudante, receberia uma circular fulminante nos seguintes termos: "É supérfluo lembrar que às moças não caberá seguir os cursos secundários".

B) Os instrumentos analíticos e o aparelho conceitual e teórico usado para compreender e interpretar a realidade social, baseiam-se sobre o pressuposto de que a experiência humana universal não tem sexo, ou, de qualquer modo, coincide com a experiência masculina.

Exemplo:

A liberação nacional significa a passagem de "rayea" (súdito do império otomano) à posição de cidadão livre; isto é: o direito à circulação livre, o direito ao voto e o direito de controlar sua própria fortuna ou o fruto de seu trabalho.

Conforme essa definição, as mulheres gregas permaneciam sendo consideradas "RAYEAS", mesmo após sua independência.

Numa conferência, na França, tratando do trabalho de E.P. Thompson: "The making of the English working class", a historiadora americana, Joan Scott, notou que Thompson somente incorporou na sua análise as experiências das mulheres que coincidiam com as dos homens. Mas quando as experiências feministas.

eram diferentes, se consideravam "anormais", "visionárias" ou "históricas". Isso representava bastante interesse, porque Thompson simpatizava com elas e as considerava iluminadas-visionárias, suas idéias e comportamentos, como expressão das aspirações utópicas. Mas, para as mulheres, esses comportamentos são, de preferência, apresentados em termos de "patologia".

A noção de Gênero foi a categoria mais importante apresentada pelas feministas contemporâneas em seu esforço para responder à incompetência das categorias existentes, para explicar as persistências das desigualdades entre as mulheres e os homens.

Tomando emprestado o termo da gramática e da linguagem (quando todo mundo sabe que são socialmente construídos e não tem nada de "natural"), as feministas postularam a necessidade de separar o sexo biológico, mais ou menos dado pela natureza, do sexo social, produto de uma construção social permanente, que forma, em cada sociedade humana, a organização de relações sociais entre os homens e as mulheres (aquilo que certos antropólogos denominam de "sex-gender system").

Desse ponto de vista, a noção de gênero adquire um duplo objetivo epistemológico:

- a) Primeiramente, funciona como uma categoria descritiva da realidade social, que concede uma nova visibilidade para as mulheres como sendo objeto de pesquisa social. Ela refere-se a diversas formas de discriminação

e de opressão, tão simbólicos quanto materiais e acrescenta os dados de sexo nas diversas pesquisas científicas sem, obrigatoriamente, questionar os processos e métodos de ciências sociais.

b) Mas o gênero pode, igualmente, funcionar como uma categoria analítica, como um novo esquema ("grille") de leitura dos fenômenos sociais. E não somente dos fenômenos sociais ligados explicitamente as mulheres, como por exemplo aqueles relacionados à família, da sexualidade, à maternidade. Mas, também, e aqui está seu objeto mais radical dos fenômenos sociais, como o desenvolvimento, pobreza, as relações salariais, ou das categorias sócio-históricas como o Renascimento, o Humanismo, etc.

Assim, J. Kelly demonstrou que não somente as mulheres não tiveram Renascimento, mas que, justamente nesta época é que foram mais controladas. Enquanto que a categoria de humanismo representa somente a experiência de uma pequena minoria de homens brancos, coincidindo de um lado, com o período de caça às bruxas, e de outro lado, com a escravatura, isto é: o extermínio dos índios da América e a caça aos africanos escravizados.

- O locutório de leitura que pode fornecer o gênero permite colocar em questão a universalidade da experiência humana, sobre a qual baseiam-se a periodização, a apreciação dos grandes momentos históricos, e mesmo a noção de Progresso (e isso

não exclusivamente para as mulheres).

Conforme observou Joan Scott, num artigo recente, o termo gênero emergiu num contexto, senão de crise, pelo menos de efervescência epistemológica. Um contexto no qual iniciou o interesse ao significado dos fenômenos sociais antes mesmo de procurar as causas, onde constata-se uma crítica pelo enfoque dos neopositivistas, que agem como se os fatos fossem "transparentes" e falando por si sós, e onde assiste-se também a um debate apaixonado para saber se o homem é o mestre racional de seu próprio destino (emergência do indivíduo).

A pesquisa feminista, que situou o gênero no centro da sua reflexão, contribuiu bastante para o desenvolvimento deste debate epistemológico e enriquecimento das suas questões:

1. Na medida da sua confrontação com os problemas da persistência das desigualdades de gênero, que mudam, entretanto, de modalidade a cada momento histórico, este tipo de enfoque substituiu a pesquisa das grandes causalidades abstratas e universais pela pesquisa das explicações significativas de situações concretas, nas quais o gênero está articulado, com o restante das estruturas sociais das relações.

Conforme Rosaldo, "a posição das mulheres na vida social não representa um produto direto e imediato do que fazem, mas a significação que suas atividades se reveste por intermédio da interação social concreta". Exemplo: o trabalho feminino

antes e depois da generalização das relações mercantis.

2. Justamente porque o gênero não considera adquirida a experiência sócio-histórica das mulheres, mas a designa como sendo um dos objetivos da pesquisa, ela tem uma melhor oportunidade para articular o individual e o coletivo, a parte da determinação e a parte da revolta, evitando as duas armadilhas importantes nas quais infalivelmente caíram, num primeiro período, os estudos femininos, seja das vítimas esmagadas pela opressão, que são subjugadas pela história, seja das heroínas permanentes sujeitos soberanos.

De fato, os dez últimos anos da produção científica, do ponto de vista do gênero, revelaram existir a possibilidade de reintroduzir nas ciências sociais uma concepção, nem mistificada, nem mitológica dos homens e das mulheres, como sendo autores da própria história, o que significa o esforço consciente de construir uma identidade, uma vida, um conjunto de relacionamentos, uma sociedade no espaço que a realidade objetiva lhe deixa. Realidade objetiva que comporta, não somente dados materiais palpáveis de sua existência, mas de maneira igualmente importante, o universo mental daquela época, a linguagem conceitual e simbólica que, ao mesmo tempo, limita e contém as possibilidades de negação, de resistência e de reinterpretação metafórica e de invenção imaginária.

Essa visão do ser humano como sujeito de sua própria

história é válida, não somente para o estudo do gênero, mas me parece também particularmente operante para abordar e compreender o que S. Rowbotham chama de consciência das mulheres num mundo de homens. Ela nos auxilia examinar a formação de uma consciência feminista, não como uma intervenção milagrosa do Espírito Santo, mas como processo longo e complexo, tortuoso e contraditório, registrando-se em continuidade, mas também como ruptura com as percepções anteriores das mulheres sobre a própria posição social.

O feminismo foi sempre considerado como movimento universalista, derivado da lógica revolucionária dos direitos do homem e do cidadão, após a Revolução Francesa, o que é, em parte, verdadeiro, pois, no sistema de legitimação tradicional pré-capitalista, não havia senão liberdades particulares, específicas em cada setor da hierarquia social, que alimentava sua legitimidade numa ordem natural ou divina das coisas. Pelo contrário, a legitimidade da ordem social, saindo da Revolução Francesa, era fundada, pelo menos teoricamente, sobre e Liberdade, a Igualdade e a Fraternidade, aos quais todos os seres humanos tinham o direito de usufruir com o nascimento. O que, pela primeira vez, após longos séculos, oferecia às mulheres a possibilidade objetiva de comparar o seu status social àquele dos homens e considerar a privação desse direito como injustiça.

Mas o universalismo é somente uma das fontes da revolta feminista (como também de outras revoltas), pois nenhuma ca-

tegoria oprimida poderá aspirar à liberdade e igualdade se de antemão não consegue forjar uma identidade coletiva. Identidade não somente da opressão, mas também de uma experiência comum, de uma cultura comum valorizada que alimente a sua dignidade de grupo, o seu orgulho de grupo, sentimento que não merece o desprezo e a discriminação a ele atribuídos. Essa identidade coletiva, preliminar para a constituição de todo sujeito coletivo ~~ada-se~~ amplamente baseada sobre a diferença. Isto é, o que o diferencia dos seus opressores.

Essa formação de uma identidade coletiva procede frequentemente por meio de inversão específica da hierarquia dominante dos valores: "Os últimos serão os primeiros" (povo eleito, os judeus); "nós não somos nada, sejamos tudo" (os proletários); "Black is beautiful" (os negros); "A superioridade das mulheres e seus valores", etc. Entretanto as fontes dessa dignidade de grupo não são ilimitadas.

Os meios que os oprimidos utilizam para se auto-definir são sempre emprestados da ideologia dominante, isto é, a mesma ideologia dos seus opressores.

É a cultura dominante que lhes fornece, ao mesmo tempo, as possibilidades e os limites de uma reelaboração dos sistemas simbólicos, de uma inversão dos sistemas de valores, de uma reinterpretação das crenças e das tradições.

Neste quadro e com essas hipóteses, abordei os problemas teóricos e metodológicos, colocados pelo meu trabalho sobre

a consciência feminista. Ainda não foram resolvidos certos problemas e relato a seguir somente alguns deles, como elementos de discussão:

- Definição da consciência feminista:

- . contradições da consciência feminista;
- . falsa consciência...

Como definir a consciência feminista? A partir do nosso feminismo de hoje? Isto seria, não somente uma aproximação anacrônica, mas também uma aproximação normativa.

Decidi, então, chamar "feministas" somente as mulheres que se declaravam como tais, que se consideravam feministas. E é, assim, exclusivamente a partir dos seus escritos que então elaborei a definição do seu feminismo:

- a) A atitude que consiste em considerar as discriminações contra as mulheres, como fazendo parte de um sistema socialmente imposto pela ordem patriarcal ou androcêntrico;
- b) A vontade de intervir coletivamente para mudar este sistema-ideia de auto-emancipação;
- c) A fé na possibilidade de uma tal mudança;
- d) A referência utópica (no sentido grego do termo: o que não existe) a uma ordem social livre da dominação sexual, a partir da qual se julga a realidade existen-

te.

Mas como definir as percepções e ações do resto das mulheres?

O conceito de falsa consciência é altamente problemático:

1. Ele se refere a uma verdadeira consciência, uma ortodoxia, que considera a consciência como algo definitivo, que se adquire de uma vez por todas;
2. É mais um juízo de valor que uma categoria científica, podendo servir para depreciar todos aqueles que não entram em acordo conosco;
3. Mas sobretudo ela se refere a uma ruptura absoluta entre as feministas e todas as outras mulheres, sem explicar, todavia, como passar das percepções tradicionais à uma consciência de revolta.

O conceito de falsa consciência não parece aplicável ao meu trabalho, por duas razões suplementares:

1) Primeiro, por falta de explicação das contradições existentes no interior da consciência feminista e, principalmente, a maneira contraditória pela qual as feministas tentavam legitimar as suas reivindicações de direitos:

- superioridade feminina, baseada sobre a diferença biológica (nós somos mães, o que nos lega direitos)

- superioridade feminina, baseada sobre a diferença so

cial (somos melhores, tendo sido afastadas do poder). Mas, reivindicamos os direitos em nome da nossa qualidade de sermos humanas, repartindo este estado com os homens.

O que deveria fazer? Afastar as dissonâncias sobre a natureza feminina (como vestígios de falsa consciência), para por em evidência o que mais parecia com nosso feminismo puro e duro? Mas essas mulheres já foram bastante censuradas para que eu tenha que acrescentar novas censuras.

2) O Jornal das Damas - este jornal feminista não teria sobrevivido tanto tempo sem o apoio caloroso e ativo e a solidariedade de uma grande comunidade de mulheres que não se diziam feministas, das quais surgiu o pequeno número das mulheres feministas gregas. Como podemos atribuir à essas mulheres uma falsa consciência?

Procurei tratar esses assuntos problemáticos guiando - me pelo conceito de consciência de gênero. A consciência de gênero é ampla e difusa de modo que, sem desembocar obrigatoriamente no feminismo, constitui uma etapa preliminar e um terreno propício sobre o qual o feminismo fundamentou-se:

- a consciência de fazer parte de uma comunidade biológica, assim como social, com a qual repartimos experiências e interesses comuns;
- a consciência que este grupo não ocupa a posição social que merece;

- pelo desejo de melhorar essa posição.

A consciência de gênero empresta à ideologia sexual da sua época, notadamente:

- a idéia de uma diferença biológica absoluta entre os sexos, implicando deveres e esferas diferentes;
- a idealização da maternidade e do lar.

Essas idéias são simplesmente reelaboradas, interpretadas e levadas ao extremo. A diferença biológica é usada para diferenciar as mulheres dos homens, como sendo um grupo distinto. Enquanto que, em seus discursos emana a superioridade e não a inferioridade, sendo fonte de valores qualitativos (amor, abnegação), o que as diferencia dos homens (egoístas e calculadores).

Essas "qualidades femininas", reivindicadas pelas mulheres, concedem ao "gênero feminino" uma "missão histórica", designando-as como sendo um sujeito coletivo para "humanizar o mundo".

O desenvolvimento de uma tal visão do mundo é mais propícia, visto as condições de segregação nas quais essas mulheres viviam e sobretudo pelo ambiente não misto da educação feminina, fornecendo-lhes o saber e os meios para troca de amizades e ajuda mútua, isto é, um meio que lhes permita serem membros de grupo, com possibilidade de uma ação coletiva. Mas, à medida que a consciência de gênero aceita a fatalidade da diferença biológica, a sua visão do mundo continua limitada, pois elas re

cebem dos homens sempre a mesma resposta: Vocês são superiores sim! Mas nunca equivalentes aos homens. Como mães e rainhas do lar não devem ser contaminadas pelo mundo público!

Na presença de tais contradições, um pequeno grupo de mulheres desloca o peso do argumento da diferença para a igualdade, sublinhando a comunidade humana fundamental que as mulheres repartem com os homens. Deste modo, elas transferem a "questão de mulheres" do domínio da natureza, ao domínio de direitos e da política. Para elas, não é caso de mulheres, mas da liberação das mulheres que vão "humanizar o mundo".

Sob este ponto de vista, o feminismo operava uma ruptura no interior da consciência de gênero.

À medida em que elas continuavam a se referir às "qualidades femininas", alimentavam a dignidade de grupo na especificidade feminina, sua visão do mundo se inseria numa continuidade com a consciência de gênero.

Gostaria de terminar com uma pergunta apresentada por Elisabeth Lobo: porque eu falo de consciência e não de identidade de gênero. Acho, mas não estou certa, que a identidade é um processo que precede a consciência, considerada como sendo uma condição preliminar, mas que não leva obrigatoriamente a ela. É difícil de certa maneira, que um ser humano viva na sociedade sem construir uma identidade.

A consciência, pelo menos na minha definição, refere - se mais explicitamente à abertura de novos horizontes de possí-

veis (Sartre). Neste caso, a consciência de gênero seria a consciência do que não deve mais existir. Enquanto que a consciência feminista seria a antecipação do que ainda não existe, mas pode-se adquirir por meio da ação coletiva consciente.

"RELAÇÕES SOCIAIS DE SEXO, MATERNIDADE E PATERNIDADE"

Michèle Ferrand

O objetivo desta exposição é o de apresentar uma releitura de uma pesquisa sobre a "vivência da paternidade"⁽¹⁾ que fizemos, Anne Marie DEVREUX e eu mesma, a partir de histórias de vida de pais. Trata-se de ver que efeitos heurísticos tem uma abordagem em termos de relações sociais de sexo para se trabalhar nesse campo.

Raciocinar em termos de relações de sexo, é estabelecer que a diferença entre os sexos é construída socialmente; o que não quer dizer que a anatomia nem a natureza expliquem o domínio das mulheres pelos homens, mas que essa dominação social reinterpreta, utiliza, atribui um sentido à diferença biológica e, em particular, à maternidade e à paternidade. A divisão do trabalho entre os sexos não se explica naturalmente, ela é a expressão da relação de dominação, inclusive no que se refere à parentalidade, que não pode ser reduzida à sua dimensão biológica. Não se trata, evidentemente, de negar, aqui, as funções diferentes dos homens e das mulheres dentro do processo de procriação, mas de pesquisar aquilo que é elaborado socialmente a partir dessa posição diferente.

(1) Edição brasileira (parcial): O sexo do trabalho. São Paulo. Paz e Terra 1987.

Um ponto inicial: a corrente de análise, em termos de relações sociais de sexo, é relativamente recente e se inscreve numa reflexão coletiva: do grupo "ad hoc" sobre "a articulação/estruturas familiares/sistema produtivo" do Congresso Mundial de Sociologia do México (1982); trabalho coletivo: O sexo do trabalho, PUG 1984⁽¹⁾, trabalhos do GEDISST⁽²⁾, seminário da APRE⁽³⁾...

Relativamente recente, pois foi no decorrer de nossas pesquisas sobre a procriação, a maternidade, a paternidade, que esse tipo de análise, se revelou, progressivamente, muito operacional. Levar em conta as relações sociais de sexo, se revelou um instrumento particularmente eficaz para compreender o que ocorria na parentalidade masculina e feminina e, reciprocamente, a própria construção desse objeto nos permitia avançar no desenvolvimento da nossa conceitualização.

Isso significa que a paternidade não poderia ser pensada a não ser em relação à maternidade, através da construção de um objeto comum para os homens e para as mulheres: a parentalidade.

(1) Edição brasileira (parcial): O sexo do trabalho. São Paulo. Paz e Terra 1987.

(2) Groupe d'Etudes sur la Division Sociale et Sexuelle du Travail - equipe do CNRS.

(3) Atelier Production/Reproduction - grupo que reúne pesquisadores de diferentes instituições e países.

Logo, estudar a parentalidade, sob o ângulo das relações sociais de sexo, é, de início, operar uma desestruturação da aparente evidência biológica. Os trabalhos, para compreender-se como se organiza a dominação dos homens sobre as mulheres, são tidos como etapa necessária dessa desestruturação do caráter natural da subordinação das mulheres², contestando-se a idéia que, através da maternidade e natureza maternal das mulheres, podia-se encontrar a explicação da origem da opressão feminina. Essa desestruturação do naturalismo passa pela reputação de três tipos de argumentação:

- 1 - a maternidade é um "handicap" natural, do qual os homens são "naturalmente" excluídos e o poder dos homens é a expressão inversa da fraqueza das mulheres;
- 2 - A maternidade é um poder originalmente das mulheres e que os homens se obrigam a controlar: a instauração da dominação dos homens se encarregaria do controle da produção de crianças;
- 3 - a maternidade é a base da divisão do trabalho entre os sexos e a posição diferente dos homens e das mulheres na reprodução e na produção, explica a divisão entre a esfera privada, atribuída às mulheres, e a esfera pública, atribuída aos homens.

Por que lembrar aqui esses três argumentos? Porque eles permitem construir uma definição específica da paternidade: face a cada construção da maternidade corresponde uma modalida-

de social da paternidade.

A MATERNIDADE COMO FUNDAMENTO DA OPRESSÃO, A PATERNIDADE COMO MANIFESTAÇÃO DA DOMINAÇÃO.

A função reprodutiva, a produção de crianças a maternidade, a paternidade e tudo o que é (socialmente?) associado, são conjuntos de relações referentes aos sexos. A maternidade e a paternidade são pensadas e construídas socialmente dentro de um sistema de dominação de um sexo pelo outro.

A MATERNIDADE "HANDICAP" NATURAL

A maternidade, quer dizer, o fato de engravidar, de dar à luz, de amamentar, é a expressão de um "handicap" que constitui as mulheres como "bio-classe" oprimida. Não é a vivência da maternidade que fornece seu caráter homogêneo ao grupo de mulheres, mas a potencialidade de ser mãe que toda mulher possui. Não quero voltar aqui aos discursos sobre o instinto maternal, sobre o chamado da natureza que leva as mulheres a procriar, quero simplesmente ressaltar o matiz que existe entre o caráter biológico da procriação, a afirmação da natureza maternal feminina: toda mulher conhece naturalmente o desejo de ter crianças e esse desejo participa de uma essência feminina diferente, que muda sua relação com o mundo, sua percepção da realidade, que marca profundamente seus desejos, etc.: a contribuição dos etiólogos e sociobiólogos é especialmente importante para reforçar, com todo o prestígio da ciência, os esquemas comuns e tradicionais, de forma particularmente normativa.

A paternidade definida (i.e., construída socialmente) face a essa concepção da maternidade inerente à natureza feminina é, pois, principalmente, de ordem social e cultural. Assim é, por exemplo, a justificativa psicanalítica do papel do pai: provocar a separação da fusão mãe/filho, impondo "a lei do pai", a fim de assegurar a socialização da criança.

A paternidade se afirma eminentemente não biológica, mas, principalmente, social e cultural; ela possui uma essência diferente, oposta à maternidade: esta última é reduzida a seu aspecto "natural", quase à animalidade, não há nada que se compare entre as funções de mãe e pai, e uma noção tal como a divisão de tarefas parentais compreendidas como prática alternativa de ordem impensável.

A MATERNIDADE, PODER SOB CONTROLE

Num registro completamente diferente, o fato de afirmar que a maternidade, longe de ser um "handicap", é um poder intransferível que só as mulheres detém (e que os homens invejam), não autoriza, portanto, a dar um peso social superior à maternidade, em comparação à paternidade. Ao contrário, a questão principal que representa para a sobrevivência do grupo social, o controle da reprodução e a produção de crianças, está em mãos da classe dos homens. O controle sobre as mulheres se exerce em dois níveis, ao mesmo tempo coletivo e individualmente. A definição da maternidade se faz, então, em ligação com a organização da filiação. Ser mãe é, definitivamente, fazer o pai. A paternidade se define pela apropriação das crianças pelo homem.

Remeto aqui à excelente análise da procriação forçada,

de Paola Tabet³: deve-se multiplicar a exposição ao risco de gravidez e, o casamento é o modo de produção mais satisfatório, pois permite ao mesmo tempo esta exposição e a certeza, para o homem, de ser declarado o pai dos filhos que nascem.

A paternidade pode também se afirmar através da negação da verdadeira posição das mulheres na procriação, como o mostram os ritos da gestação simbólica ou também a afirmação da primazia do papel masculino: como nos "Baryuas"⁴ é o esperma que sozinho está na origem da vida".

O controle da produção de crianças se faz atualmente no quadro da Legislação e do Direito (mas também de práticas concretas).

A apropriação das crianças pelo pai passa por uma apropriação do corpo reprodutor da mulher, que se torna unicamente receptáculo, prática antiga renovada pelo exemplo atual de certas técnicas de reprodução.

A Maternidade - Base da divisão do Trabalho

A dominação se explicaria naturalmente pela diferença das funções sociais exercidas pelos homens e pelas mulheres. Porém, a separação dos sexos não teria sido sempre hierarquizada: numa certa época (qual?), teria havido uma divisão do trabalho, baseada sobre uma igualdade real homens/mulheres e, de acordo com os antropólogos, isto é ainda verdadeiro (pelo menos em parte).

A divisão sexual de tarefas baseia-se nas capacidades naturais diferentes, próprias a cada sexo, cada um participante de maneira complementar à sobrevivência do grupo (é sempre o exemplo das sociedades caçadoras-colhedoras que é evocado). Nesse

exemplo a complementaridade, supõe a exclusão total por um sexo de domínio atribuído ao outro: o estado de dependência recíproca na obrigação das trocas, fornece, por assim dizer, as garantias da não hierarquia das atividades, quer dizer, a garantia da igualdade dos sexos. Numa certa medida, esta é ainda hoje a posição de certos sociólogos, como por exemplo no modelo da família moderna de PARSONS. Uma tal separação remeteria ao esquema o mais racional do funcionamento familiar, o papel econômico de provedor do pai opondo-se ao papel afetivo da mãe, o primeiro agindo para o exterior, a segunda para o interior. Esta explicação funcionalista da divisão do trabalho entre os sexos é aquela que, aparentemente, é a mais suscetível de evolução, quando se aceita libertar-se do naturalismo, mas mostra, ao mesmo tempo, os limites desse tipo de análise. A divisão do trabalho não é a base das relações de opressão, mas seu campo, sua expressão, e é no quadro dessa relação que se apreende o que entra em jogo na paternidade em relação à maternidade e não o inverso.

A PARENTALIDADE E RELAÇÕES SOCIAIS DE SEXO

Parentalidade e Relações Sociais de Sexo

Estudar a parentalidade no quadro das relações sociais de sexo implica em voltar a essas três concepções da construção da relação homem/mulher, quer dizer, sobre essas três justificativas da relação de dominação a partir da maternidade, para se poder colocar a paternidade como termo da relação, e para compreender a posição dos homens na parentalidade e desenvolver a análise no registro da paternidade.

Raciocinar em termos de relação de sexo quer dizer que se estudam as relações homens/mulheres, aqui a propósito da parentalidade, colocando-se que existe entre os sexos uma relação social, antagônica e dinâmica. Essa relação é transversal ao conjunto do social, o que significa que ela não se gera essencialmente na família para se propagar em seguida à sociedade, mas que, ao contrário, ela está presente tanto na família quanto em todas as outras esferas sociais simultaneamente. Para mim, a família e a parentalidade na família não são pois objeto específico de estudos das relações sociais de sexo. A divisão sexual do trabalho na sociedade não reflete, não se deduz daquela que existe na família, ela procede do mesmo espírito, do mesmo funcionamento: aqule das relações de sexo que constituem os indivíduos em categorias sexuadas masculina e feminina. É a mesma divisão do trabalho, presente na produção e na reprodução que materializa, aqui e ali a subordinação de um sexo ao outro; e se conjuntamente pode-se deduzir uma designação prioritária da atividade masculina ou feminina, que autoriza, em seguida, a falar da esfera de competência de um ou outro sexo, é efeito mediatizado das relações sociais de sexo e não seu fundamento. Esta posição tem como impacto a desnaturalização da própria definição da paternidade ou da maternidade, permitindo construir o objeto parentalidade social, sobre o qual vou falar agora, através de alguns resultados.

Parentalidade e Vida Profissional

Para a mulher, ou melhor, para a mãe: o trabalho e a família são imediatamente pensados juntos, em termos de conciliação, de conflitos, de "handicap", de dificuldades, de negociação,

sendo que, para os pais, esse critério de compatibilidade nunca é colocado. O homem deve trabalhar para alimentar a família, mas parece que seu papel parental pára por aí: o trabalhador, no mundo do trabalho, não tem vida familiar, enquanto que a situação matrimonial das mulheres é inevitavelmente levada em consideração. Isso tem mais de uma consequência sobre o mercado de trabalho: se a qualificação que é em princípio e principalmente levada em consideração para o homem, para a mulher é necessária maior disponibilidade. Se a família é mencionada, é um termo favorável para o homem (o pai de família será raramente o primeiro a ser despedido) e em desfavor da mulher, sempre suspeita de estar onde não deveria, e, cuja, qualificação obtida no trabalho doméstico nunca é reconhecida, por ser natural⁵.

A existência dessa ruptura entre o mundo do trabalho e o mundo da família para o homem, oposta à conciliação de ambos, para as mulheres, dá um sentido bem diferente à parentalidade, no feminino e no masculino. É a dimensão econômica da paternidade, que é privilegiada, e que dispensa o homem dos encargos domésticos. O trabalho exterior da mãe mesmo quando seu salário é necessário à sobrevivência financeira da família, não a dispensa, de maneira nenhuma, de assegurar as tarefas cotidianas do trabalho doméstico e do cuidado com as crianças.

Essas diferenças, aparecem de modo flagrante, quando se colocam as mesmas questões às mulheres e aos homens sobre suas práticas e representações concernentes à articulação de suas trajetórias familiares e profissionais: assim, no que concerne à decisão de procriação em relação à inserção profissional, constatamos que a criança ocupa um lugar bem definido numa trajetória profissional para o homem, e muito mais duvidoso para a mulher. O

emprego estável, confirmado, aparece como uma condição essencial da paternidade voluntária (sempre a focalização sobre o papel do provedor econômico do homem), enquanto que a decisão da maternidade é tomada de modo diferencial pelas mulheres, conforme sua categoria sócio-profissional e sua situação no trabalho. Para certas mulheres, o desemprego ou a precariedade de seus empregos são, muitas vezes a oportunidade de decidir engravidar. Essa regularidade das diferenças é confirmada pelos exemplos totalmente excepcionais de inversão que nós encontramos: quando o homem não tem um emprego estável, ou quando ele é ainda estudante, pode ocorrer da parte da mulher a decisão de se tornar mãe se ela própria está segura de um emprego estável (p.ex.: ser funcionária).

No domínio da inflexão sobre a carreira, para os homens a parentalidade representa nitidamente um constrangimento no emprego, que provoca, às vezes, dificuldades de mobilidade. Mas nesse domínio, o leque de atitudes se revela muito diversificado: vai desde uma prioridade total à carreira do homem (implicando para a mulher a subordinação do seu emprego às necessidades profissionais do homem), até uma maior flexibilidade, quando existe uma certa homogamia profissional no casal. Mas, mesmo nesse caso, a adaptação realiza-se, na maioria dos casos, sem conflitos para os homens e mais dificilmente para as mulheres.

Enfim, tudo se passa como se a parentalidade se realizasse em sentido inverso, para homens ou mulheres. Isso é tanto mais verdadeiro quando o capital educacional e profissional da mulher for mais fraco: nesse tipo de situação, todo o novo nascimento provoca uma interrupção da atividade da mãe, que é fonte de desqualificações e de precarização do emprego feminino.

Vida Familiar e Vida de Trabalho

O tempo de trabalho e o tempo familiar se organizam tomando um sentido diferente no feminino e no masculino, e isso de uma forma ainda mais clara quando há crianças.

Esquemáticamente, pode-se dizer que o tempo da paternidade é, quase por definição, um tempo de lazeres e, aquele da maternidade, um tempo de trabalho. De fato, o tempo da paternidade define-se, em princípio, como um tempo fora do trabalho não se constatando nenhuma ingerência da família no trabalho, inclusive em profissões onde isso seria possível. Da mesma maneira, os homens não parecem tentar conciliar essas duas temporalidades: na maioria dos casos, as crianças têm direito à uma parte do tempo que resta disponível, após o trabalho e, então, entram em concorrência com outras atividades, ditas de lazer (nas quais podemos classificar a "bricolagem"). Esta separação tão nítida, que subordina o tempo paternal a outras atividades masculinas, só é possível porque essas questões são assumidas pelas mulheres (ex.: o cuidado das crianças quando doentes ou em férias é particularmente evidente: mesmo no caso onde o pai e a mãe exercem uma profissão idêntica, é a mãe que encontra as soluções ou interrompe suas atividades). Mas se as mulheres gerem esse tipo de problema, não é porque são mais aptas naturalmente (em razão de sua natureza feminina), mas sim porque elas são obrigadas pelo peso das relações sociais de sexo.

Uma outra dimensão interessante, para se levar em consideração, é a divisão de tarefas familiares e parentais entre o pai e a mãe: aos homens, são tradicionalmente atribuídas as tarefas parentais de lazer, do exterior, em certos casos com uma reses

ponsabilidade do pai de supervisionar as tarefas escolares, em particular nas matérias científicas (e mesmo assim com nuances: isso só é verdadeiro quando a mãe não é competente).

É verdade que se observa, hoje em dia, uma evolução favorável à mulher, no que concerne à partilha, no casal, do trabalho doméstico, mas, por trás dessa evolução se ocultam dois fenômenos:

- certamente, quando a mãe tem uma atividade contínua, o tempo gasto pelo pai nas atividades domésticas aumenta de modo significativo, mas, de um lado, é sempre bem menor que aquele que a mulher dispensa às mesmas e, por outro lado, é sempre inferior ao tempo gasto para fazer os serviços domésticos, no caso de um homem que vive só.

- de outro lado, esta nova participação dos homens no trabalho doméstico provoca uma redefinição de tarefas parentais domésticas, ou mais exatamente, a moda dos "novos pais", reivindicando a "paternidade", propõe uma nova divisão entre o doméstico e o parental, que passa pelas relações com os filhos.

- Quando os pais participam ativamente, eles têm tendência a selecionar, no que concerne às crianças, suas atividades preferidas e, em geral, preferem aquelas que implicam um contato direto com as crianças: eles dão a mamadeira, mas não dão banho nas crianças, se encarregam de alimentar as crianças, mas é a mulher que prepara os alimentos, lava as roupas, etc... Esse tipo de prática acaba, de fato, por reintroduzir uma seleção sexuada entre tarefas domésticas e tarefas parentais e,

dentro das tarefas parentais há uma segunda seleção entre tarefas qualificadas (acordar, jogos, o contato e o aprendizado) e tarefas não-qualificadas (manutenção, alimentação e higiene).

Paternidade, Maternidade, Posição Social e Relações Sociais de Sexo

Existe, igualmente, na paternidade um fenômeno de aquisição de status social. Vimos que a paternidade reforça a posição profissional, mas esta afirmação da posição social dos homens ultrapassa o campo de trabalho e, se pode, através da aquisição do status do pai, constatar ganhos em benefícios sociais adicionais, uma certa ampliação do status social, graças à visibilidade da "nova paternidade". Enquanto que, para as mulheres; é, ainda, o processo inverso que ocorre: certamente, a maternidade continua um elemento fundamental do status social das mulheres, mas corresponde mais a uma limitação em torno às funções de mãe, em particular pela fragilização no plano profissional pelo fato de ter um ou mais filhos.

Os poucos casos onde se constata uma diminuição do peso das relações de sexo demonstram, raramente, mas nós tivemos testemunhas em nossa pesquisa, de práticas específicas em certos casais, para os quais maternidade e paternidade são englobados numa totalidade: os encargos parentais não são divididos entre os dois pais, com a idéia de uma prioritariedade de um sexo ou de outro. Mas isso se inscreve numa ótica bem mais ampla de divisão geral do trabalho doméstico. Examinando mais de perto, percebe-se, imediatamente, que esses casais são fortemente homogâmicos

pela idade, pela cultura familiar, pela bagagem de instrução e, sobretudo, pela posição social e profissional. Esses casais têm, frequentemente o mesmo tipo de trabalho, de carreira, de remuneração (ainda que essas condições não sejam determinantes, pois casais na mesma situação terão, ainda, práticas sexuais muito desiguais). Para esses casais tudo se passa como se o trabalho, no seu conjunto (trabalho profissional e trabalho doméstico) fosse dividido entre o pai e a mãe. A constatação é muito diferente em alguns casos raros, onde a mãe tem uma posição dominante, do ponto de vista profissional. Isso não leva a um investimento mais importante do homem nas tarefas parentais, mas a uma delegação de funções da mãe para pessoas remuneradas.

Concluindo, a parentalidade é um bom revelador da posição dos homens como dominantes e não da razão da dominação. A focalização sobre os novos pais demonstra bem como as práticas minoritárias podem beneficiar ao conjunto da classe dos homens. Certamente, elas induzem à uma idéia de avanço na igualdade entre os homens e as mulheres, mas esta análise nos parece enganosa. Novas práticas se desenvolvem, mas pareceria que sua eficácia permanece essencialmente ao nível das representações e das mentalidades, e não se pode deduzir, que isso implique numa atenuação das relações sociais de sexo.

NOTAS

- 1 A.M.Devreux, "Vécu de la paternité et rôle paternel".
CSIS 1982.
- 2 M.Ferrand, A Langevin "De l'origine de l'oppression
des femmes aux fondements des rapports sociaux de se-
xe" in A Propos des rapports sociaux de sexe: parcours
épistémologiques" - F. Battagliola, D.Combes, A.M.Dau-
ne - Richard, A.M. Devreux, M.Ferrand, A.Langevin.
CNRS, 1986.
- 3 Paola Tabet, "Fertilité naturelle et reproduction for-
cée" in L'arrondissement des femmes". Cahiers de L'hom-
me, XXIC 1985.
- 4 M.Godelier, "La production des grands hommes". Fayard
1982.
- 5 cf., entre outros, os trabalhos de D.Kergoat.

OS USOS DO GÊNERO

Elisabeth de Souza Lobo

Os estudos e pesquisas sobre o tema "mulheres" se multiplicaram na produção das Ciências Humanas nos últimos anos constituindo objetos de pesquisa interdisciplinar e partindo de campos teóricos heterogêneos. Estudam-se as mulheres na sociologia, na antropologia, na história social, na ciência política, com abordagens que remetem ao marxismo, à psicanálise ou a uma proposta de ciência feminista.

A extensão da temática das pesquisas nas diferentes disciplinas têm suscitado revisões bibliográficas e sobretudo revisões teóricas, interrogações e questionamentos. Alguns deles são particularmente significativos e inspiraram este texto¹.

Retomo aqui os fios de duas discussões em curso: a primeira delas diz respeito ao gênero como categoria analítica. A segunda remete à pertinência de um campo de estudos sobre "mulheres", partindo da interrogação de Michèle Perrot: "É possível uma história de mulheres"?².

Este texto retoma em parte a exposição feita no seminário Relações de Sexo/Relações de Gênero (USP, Depto. de Sociologia, 1987). Desde então, incorporei questões colocadas pelas interlocutoras ou discutidas na Mesa Redonda internacional "Les Rapports Sociaux de Sexe" (APRE, Paris, 1987) onde minha participação foi possível graças ao apoio financeiro da Fundação Ford.

O GÊNERO COMO CATEGORIA ANALÍTICA

Dos estudos sobre mulheres emergem problemáticas: a divisão sexual do trabalho, a subordinação das mulheres, a separação das mulheres na esfera privada em contraposição à esfera pública ocupada principalmente pelos homens, a dominação. A busca das causas da opressão se confundiu frequentemente na armadilha das origens da dominação: viria ela da necessidade de controlar a sexualidade feminina, como queriam algumas pesquisadoras, ou antes da necessidade de controlar a força de trabalho feminina para os fins da acumulação, como queriam outras.³

Estas abordagens constituem temáticas próprias: de um lado aquelas cujo eixo de reflexão está na formulação de uma teoria do Patriarcado, de outro a corrente marxista, cuja principal problemática é a da divisão sexual do trabalho, embora frequentemente tente integrar as duas problemáticas. Os temas pesquisados permitiram constituir um saber extenso sobre a situação das mulheres nas sociedades, sobre as formas concretas e históricas da condição feminina, mesmo se a interrogação inicial sobre a origem da opressão conduzia muitas vezes a uma desistoricização das questões, reduzidas à pergunta originária da causa da opressão, o que fazia das formas da subordinação feminina meras aparências, portadoras de uma causa essencial.

Mas nos próprios itinerários das pesquisas feministas surgem as questões e impasses: as formas da divisão sexual do

trabalho não são redutíveis à estratégia do capital e a causa da dominação original pouco ilumina a reflexão sobre mudanças e permanências nas relações entre homens e mulheres.

A definição clássica de patriarcado como "ordem hierárquica sexual de capitalismo, para o controle político" é criticada por Sheila Rowbothan⁴ por reproduzir um conceito de sistema econômico - o capitalismo - separado de um sistema social-ideológico o patriarcado, que seria subordinado ao sistema econômico. Por outro lado, permanecem as interrogações sobre as origens da opressão, para as quais as explicações se apoiam inevitavelmente nos argumentos biológicos e obscurecem "a necessidade de reconhecer as muitas formas com que as sociedades definiram o gênero". Isto significa enfatizar que as representações de mulheres e homens, contidas nas formas históricas de suas relações não são as mesmas. A sexualidade, a maternidade, ou a força de trabalho femininas foram objeto de concepções distintas e conseqüentemente as relações de controle ou dominação entre homens e mulheres, configuram formas distintas.

Por outro lado, alguns dos argumentos que sustentam a teoria do patriarcado⁵ apontam para os impasses e as dúvidas sobre as representações do "sexo biológico" que levaram as pesquisadoras feministas a teorizarem o gênero através de incursões na antropologia estrutural e na psicanálise, para analisarem justamente o significado social da masculinidade e da feminilidade.

Estas são especificamente as questões colocadas por um

outro conjunto de abordagens cujo eixo reside na construção do feminino e do masculino através das experiências vividas ou da linguagem.⁶

Certamente a construção do gênero como categoria analítica tem a ver com os impasses da teoria do patriarcado e das análises marxistas, tanto quanto com o desenvolvimento autônomo de abordagens psicanalíticas. O certo é que o eixo de reflexão nas pesquisas feministas passa a ser muito mais o da busca dos significados das representações do feminino e do masculino, as construções culturais e históricas das relações de gênero.

É neste sentido que trabalha Joan Scott quando retoma uma citação de Michelle Rosaldo: "Parece-me que o lugar das mulheres na sociedade não é um produto direto do que ela faz, mas do significado que suas atividades adquirem através da interação social concreta."⁷

O inventário e a arqueologia destes significados des-
constrói o gênero a partir dos vários espaços em que ele se cons-
trói: a família, o mercado de trabalho, as instituições, a sub-
jetividade. As dicotomias produção/reprodução, esfera pública/
esfera privada, se desfazem, uma vez que as relações de gênero
permeiam as várias esferas, cujas demarcações são fluidas, his-
tóricamente situadas, diferenciadas nas culturas e nas socieda-
des.

Ao mesmo tempo, sintomaticamente, a construção da cate-
goria analítica de gênero atualiza uma outra questão: a da rela

ção de gênero como relação de poder. Assim, na definição de Joan Scott, a categoria de gênero implica em dois níveis:

1. "O gênero como elemento constitutivo das relações sociais baseado nas diferenças perceptíveis entre os sexos."
2. "O gênero como forma básica de representar relações de poder em que as representações dominantes são apresentadas como naturais e inquestionáveis."⁸

A relação de gênero remete pois a espaços primários das relações familiares e implica na construção de uma subjetividade sexuada, e de identidades de gênero - e por isso, a contribuição das abordagens psicanalíticas é fundamental. Por outro lado, os itinerários de homens e mulheres não podem ser reduzidos a simples efeitos mecânicos de uma identidade cristalizada de uma vez para sempre, ou não haveria história. Daí a importância das análises que tem por objeto as práticas sociais e as instituições, onde as relações de gênero se constroem.

A inquestionável importância da contribuição psicanalítica para a construção do conceito de gênero encontra seus limites na redução deste processo ao espaço das experiências individuais, da família, do inconsciente, enquanto que os espaços da experiência coletiva não são problematizados a partir de análises das relações de gênero e tão pouco se desenvolve um instrumental teórico que torne possível este tipo de abordagem.

Mas a questão principal continua sendo a de que estas

relações implicam não apenas em diferenças, em assimetrias, mas em hierarquias, e que são relações de poder que fazem parte dos mecanismos de constituição dos poderes nas sociedades. Sintomaticamente, esta não é uma questão colocada exclusivamente por Joan Scott, mas está presente em outras reflexões não menos pertinentes e qualificadas, como a de Michèle Perrot.⁹

O deslocamento do foco que buscava as causas da dominação para os significados e as condições de construção das relações de gênero se completa. Mais ainda, este é um fio condutor que articula os estudos sobre as relações de gênero com os estudos sobre as condições de permanência e mudança das relações sociais, ou ainda com os que tratam das formas de construção de poderes nas sociedades.

Enquanto relação de poder, a dominação de gênero é tão inexplicável em sua origem biológica quanto a dominação racial. As teorias raciais se preocupam em fundamentá-la a partir da biologia, o mesmo fizeram aqueles que tentaram construir uma explicação natural para a dominação dos homens na sociedade. Michèle Perrot relembra Conte, para quem existia "uma inaptidão radical do sexo feminino ao governo ainda que fosse de uma simples família".¹⁰

Mesmo sem voltar à biologização das diferenças que marca tanto os discursos sobre a divisão sexual do trabalho quanto sobre as práticas políticas ou práticas científicas de homens e mulheres, as imagens do masculino e do feminino não só consoli-

dam diferenças mas contém hierarquias¹¹: são imagens de poder. Por isto mesmo, os estudos sobre relações de gênero remetem a hierarquias, formas institucionais e mudanças nas práticas das sociedades, e, nesta medida, estão questionando também as configurações de poder nas sociedades. Um exemplo particularmente pertinente na produção sociológica brasileira é o das relações de gênero nos movimentos sociais. Durante algum tempo analisaram-se os movimentos sociais separando movimentos de mulheres (por creches, por exemplo) daqueles que não tinham uma reivindicação feminina específica (ocupação do solo urbano, por exemplo) e ainda os movimentos feministas assim definidos a partir da origem de classe das participantes ou dos temas e propostas (quando o eixo articulador fosse a idéia da opressão/discriminação das mulheres na sociedade).

A análise da presença de mulheres nestes movimentos estabelecia relações de identificação entre reivindicações reprodutivas-mulheres, relações produtivas-homens. No entanto, os estudos mais atentos a uma problemática das relações de gênero, e não apenas a uma descrição do sexo dos atores sociais suscitaria a questão da articulação entre vida privada e vida pública, em que as práticas tradicionais de mulheres e homens nos espaços que ocupam na sociedade e nas relações que estabelecem com as instituições e o Estado.¹²

Rencontramos aqui as duas questões que orientaram esta reflexão: de um lado a historicidade das relações de gênero na

sociedade e as modificações por que passam ao mesmo tempo em que tecem os fios das relações de poder.

OS ESTUDOS SOBRE GÊNERO E OS GHETTOS TEÓRICOS

Em seu artigo sobre o gênero como categoria analítica, Jean Scott faz um balanço de algumas explicações atribuídas à mudança dos estudos e pesquisas sobre mulheres em estudos sobre gênero. Um dos argumentos significativos remete à busca da legitimidade que o conceito propiciaria enquanto categoria não identificada com o tema específico das mulheres e portanto mais apropriada para se incorporar aos campos teóricos das disciplinas sem se restringir aos "estudos sobre mulheres".

A observação é tanto mais interessante se compararmos a situação institucional consolidada dos "Women Studies" nos Estados Unidos e a situação dos estudos sobre mulheres no Brasil, onde não existem propriamente estruturas curriculares de Women Studies - o que pode ser correto, mas que não justifica o fato de que as pesquisas sobre relações sociais, práticas sociais e culturais, simplesmente ignorem as relações de gênero como parte constituinte de seus objetos. Joan Scott adverte para os perigos de um ghetto teórico, que, ou se desenvolve paralelo à produção teórica das diferentes disciplinas, ou tenta integrar um tema no corpo teórico das disciplinas sem questionar suas categorias, alheias à problemática de gênero, o que ocorre com

grande parte das pesquisas sobre movimentos sociais no Brasil.

Assim, surge o problema da constituição de um campo teórico à parte - uma história das mulheres, uma sociologia das mulheres, enfim os estudos sobre mulheres como disciplina autônoma. Na medida que as pesquisas feministas trouxeram uma contribuição a construção do gênero como relação social - histórica que implica em relações de poder e que atravessa o tecido social, este não pode ser um campo à parte no contexto das relações sociais. A menos que se trate de apenas de uma estratégia defensiva que, nas palavras de Michèle Perrot criasse "um novo território, concessão tranquila que as mulheres expandissem à vontade, ao abrigo de qualquer contradição."¹³ Esta seria também uma estratégia errada, pois se as relações de gênero são relações de poder, as relações institucionais e interdisciplinares o são igualmente. Por isso mesmo os estudos sobre mulheres também estão submetidos a relações de poder e não são poucos os exemplos que demonstram como as pesquisas feministas receberam apoio editorial e institucional enquanto foram atrativas para o mercado ou para captar financiamentos internacionais, deixando de se constituir em área prioritária tão logo mudou o "comportamento do mercado", para usar uma expressão "competente".

Menos do que as razões estratégicas ou mercadológicas, é muito mais a pertinência teórica da proposta dos estudos de gênero que orienta as preocupações de Joan Scott. Ao apontar a coincidência entre a formulação do conceito e o período de per-

turbações teóricas nas Ciências Humanas, quando ocorrem entre os cientistas sociais deslocamentos dos paradigmas científicos para os paradigmas literários, da ênfase às causas à ênfase aos significados, do debate entre os que sustentam a transparência dos fatos e os que insistem em que a realidade é construída." É neste espaço que as pesquisadoras feministas desenvolveram um discurso teórico próprio que encontra interlocutores políticos e acadêmicos."¹⁴ É neste espaço que se coloca a problemática do gênero como relação social que atravessa a história, e o tecido social, as instituições e as mentalidades, objeto interdisciplinar por excelências, ao mesmo tempo do domínio das teorias sobre família, mercado de trabalho, processo de trabalho, cidadania, partido político e movimentos sociais. Tanto quanto da subjetividade. Filha bastarda, ilegítima deste processo de perturbações que atingiu as Ciências Humanas, muito contra a vontade de alguns, a problemática das relações de gênero se constrói entre o ghetto e a invisibilidade.

Elisabeth de Souza Lobo Garcia

Universidade de São Paulo

Departamento de Sociologia

NOTAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ver Scott, Joan: Womens history and the rewriting of history, in history, in Christi Farnham: The impact of Feminist Research in Academy. Indiana Univ. Press/Blogmington/Indianopolis, 1987; e Gender: a useful category of Historian Analyses (mimeo, s/data)
2. cf. Perrot, Michèle: Une histoire des femmes est-elle possible? Paris, Rivage (1986)
3. cf. Rowbothan S: lo malo del Patriarcado in Samuel R. (ed.): Historia Popular y Teoria Socialista, Barcelona, ed. Crítica, 1984 pp. 248-256.
4. cf. Rowbothan, op. cit.
5. cf. Alexander, Sally, Taylor, Barbara: En defensa del patriarcado. in Raphael Samuel, op. cit. pp. 257-261.
6. ver Gilligan, C.: In a different voice. Harvard Univ. Press, Cambridge, Mass./London, Engl., 1983.
7. cf. Scott, J., op. cit. pg. 1067.
8. cf. Scott, J., op. cit. p. 1067.
9. ver também Perrot, Michèle: Histoire et Pouvoir des Femmes in Auber et alii: Le sexe du Pouvoir, Desclée de Brower, 1986 pp. 79-88.
10. Cf. Perrot, op. cit. p. 82
- 11 cf. Souza Lobo, E.: Homem e Mulher: Imagens das Ciências Sociais. ANPOCS, GT Mulher e Política. Águas de São Pedro, 1987

12. cf. Perrot, Michèle (1986) op. cit., p. 15.

13. cf. Scott, Joan (s/data) op. cit. p. 1069.

PESQUISAS SOCIOLOGICAS SÔBRE RELAÇÕES DE GÊNERO NA FRANÇA

Helena Hirata (X)

Na sociologia francesa, as relações de gênero são objeto de estudo relativamente recente. Se a antropologia tinha tradicionalmente um enfoque comparativo homens/mulheres, a sociologia havia realizado precocemente um corte entre sociologia da família - onde o objeto privilegiado era o comportamento "reprodutivo", no sentido amplo, do sexo feminino - e a sociologia do trabalho, com um objeto pretensamente universal, na realidade masculino: o estudo das características do trabalho profissional (dos homens). Em nenhuma dessas subdisciplinas da sociologia era possível encontrar estudos sôbre as relações sociais entre homens e mulheres que se tecem simultaneamente no universo assalariado e no universo doméstico.

A dicotomia criada permitia, no máximo, a integração das mulheres no universo de análise, com o status de um "novo campo regional". Danièle Kergoat diz que, nesse caso, as mulheres eram simplesmente acrescentadas aos outros campos regionais já existentes, sem questioná-los. Essa ontologia do regional (objeto mulher como objeto separado) foi constituída historicamente por alguns trabalhos sociológicos de exceção, como "As funções das mulheres na indústria" de Madeleine Gilbert¹, o "Tra

(X) chargée de recherche au GEDISST-CNRS, França
professora visitante no Departamento de Sociologia da USP.

balho feminino e trabalho a domicílio" de Vivianne Isambert-Jamati e Madeleine Guilbert² e o capítulo "A repartição por sexo" do Tratado de Sociologia do Trabalho de Friedmann e Naville, também das duas pioneiras³.

A especificidade dessa ontologia do regional estava em apresentar noções da sociologia do trabalho tradicional - emprego, salário, formação profissional, mercado de trabalho, etc aplicadas às mulheres.

Não se tratava em absoluto de uma interrogação crítica dessas noções a partir de uma perspectiva de gênero, como tentar-se-a fazer posteriormente.

(Um parênteses: uso gênero, embora na sociologia francesa o conceito de gênero não desfrute ainda de cidadania, padecendo uma existência quase marginal.

Para além das diferenças conceituais - importantes - no tratamento da questão das relações sociais de sexo nos diferentes países, ora tratadas efetivamente em quanto relação social, ora hipostasiadas no interior do conceito de "gênero", pensamos que há uma certa resistência ao emprego da palavra "gênero" da parte das pesquisadoras francesas, na medida em que ela é referida a uma teorização "estrangeira" das relações sociais homem/mulher - embora haja uma corrente inglesa que pensa "gênero", como uma parte das pesquisadoras

francesas, em termos de "relação social".

Nesse sentido discordo do "otimismo" Integracionista de Marie-Victoire Louis que declara no seu ensaio sôbre a pesquisa feminista na França: "Quanto ao conceito de "gênero", isto é, o conjunto das regras segundo as quais as sociedades transformam as condições biológicas da diferença em normas sociais, muito em voga nos Estados Unidos, ele começa a penetrar na França" ⁴.

O melhor exemplo de que a constituição das mulheres como campo regional não afeta o enfoque tradicional está no próprio tratado citado acima ³, onde Friedmann, na Introdução e Metodologia, afirma: "As tarefas domésticas(...) que são desinteressadas, não podem entretanto ser assimiladas ao trabalho profissional. Encontrar-se-á portanto mais longe (cap. 16) um estudo das atividades extra-trabalho ("hors travail", os grifos são nossos), que permitem melhor apreender, por contraste, a essência dos fenômenos de trabalho". Essa concepção do trabalho unicamente como trabalho profissional, excluindo o trabalho doméstico da definição de trabalho - é partilhada no estudo clássico de M. Guilbert sôbre operárias metalúrgicas ¹: ela não leva em conta em suas análises do trabalho feminino nem o trabalho doméstico, nem a articulação trabalho doméstico/trabalho assalariado. A indissociabilidade das duas modalidades de trabalho na análise da atividade feminina é postulada mais tarde, por Danièle Kergoat ⁵, e se torna uma preocupação central de uma cor -

rente da sociologia das "relações de sexo" nos anos oitenta ⁶.

A partir da constituição, na sociologia francesa, do objeto "mulher" nos anos 50-60, houve um grupo de pesquisadoras que continuou a trabalhar aprofundando a análise da identidade feminina em termos de diferença, nos anos 60-70. De um lado, a equipe pioneira de pesquisa no CNRS sobre trabalho feminino e formas de atividade das mulheres (atividades políticas, familiares, mercantis) dirigida por Andrée Michel; de outro, Christine Delphy e o grupo de pesquisadoras (entre as quais Nicole Claude Mathieu e Colette Guillaumin) em torno da revista Questions Féministes e Nouvelles Questions Féministes que, a partir de uma reflexão em termos de diferença chegou a teorizar formas especificamente femininas de produção social como o "modo de produção doméstica" e formas especificamente femininas de antagonismo social como a luta da classe de mulheres contra a classe dos homens, "inimigo principal" ⁷. Essa reutilização de categorias marxistas no estudo da opressão feminina vai desembocar, na realidade, numa análise totalmente ausente dos escritos marxistas clássicos: a do trabalho doméstico no capitalismo.

A meu ver, é sobre essa questão do trabalho doméstico que a sociologia francesa avançou na elaboração de um instrumental teórico inexistente. Superando a polêmica que se dava no interior do quadro conceitual marxista do trabalho produtivo e improdutivo, onde se debateu longa e esterilmente a produção feminista de língua inglesa (Wally Secombe e outras) ⁸, sociólogo -

gas francesas tentaram pensar a relação social implicada no trabalho doméstico, analisando a estrutura dessa relação⁹. Com isso, deixou-se finalmente de considerar o trabalho doméstico me dindo-o à lei do valor. Da mesma forma, deixou-se o terreno con tável dos estudos do trabalho doméstico em termos de orçamento-tempo ("budget-temps") que, pelos seus aspectos quantitativistas e objetivistas, e pelo reducionismo desse enfoque, deixava escapar totalmente o âmbito das relações sociais homem/mulher, essenciais para a compreensão da reprodução do trabalho doméstico.

A partir de meados dos anos 70 e começo de 80, com o impulso dos movimentos feministas, tentativas são feitas de um lado para romper a dicotomia entre sociologia da família e a so ciologia do trabalho, e de outro lado para superar os estudos sô bre mulheres excluindo os homens, através do tratamento de te mas, objetos, transversais à esfera produtiva e reprodutiva, co mo por exemplo a atividade ou a qualificação¹⁰.

As pesquisas feministas saem (momentaneamente?) do "ghetto"; de um lado, impulsionadas pelos movimentos autônomos de mulheres, de outro admitidas como legítimas no interior do espectro da pesquisa acadêmica com a nova política científica advinda da vitória do governo socialista de Mitterand, a partir de 1981. Essa vitória teve consequências aparentemente contradi tórias: desativou o movimento das mulheres, assim como desmobilizou o movimento sindical e outros movimentos sociais que en-

traram num processo de expectativa de reformas importantes e ao mesmo tempo promoveu franjas do movimento e da intelectualidade feminista. Christine Delphy passa de "paria" a integrante das comissões oficiais do setor de ciências humanas do CNRS e teve um apoio que culminou na realização - já em 1986 - de um colóquio sobre "Travail et production domestiques"¹¹. Bem antes, em dezembro de 1982, sob o patrocínio e com a representação - mesmo física - do Ministério da Pesquisa e da Tecnologia - realizou-se um vasto encontro de pesquisadoras feministas de ciências humanas e exatas em Toulouse - Colloque "Femmes, féminisme, recherche" - que permitiu um primeiro balanço da situação das pesquisas sobre mulheres na França¹². Logo após esse encontro, uma "ATP Femmes" (Action Thématique Programmée) programa de financiamento de projetos de pesquisas sobre mulheres com uma dotação importante, foi criada no CNRS, principal órgão de pesquisa pública francesa.

Hoje, no "após-socialismo", com a incidência sobre a pesquisa feminista - e sobre a pesquisa científica em ciências humanas em geral - do panorama político alterado, aparece uma nova preocupação com a relação entre mulheres e Estado¹³.

Hoje, há uma multiplicidade de enfoques segundo as disciplinas consideradas, e é interessante assinalar - antes de descrever a situação das pesquisas sociológicas atuais - primeiramente a importância e a qualidade das pesquisas atuais sobre mulheres em História, em particular o grupo trabalhando em tor-

no de Michèle Perrot em Paris VII-Jussieu¹⁴, mas também algumas pesquisas isoladas como a de Jacques Rancière que trabalha sobre as noções de igualdade e de emancipação a partir de um ponto de vista filosófico, indicando de certa maneira a influência das preocupações feministas sobre a filosofia francesa atual¹⁵.

Em segundo lugar, é necessário assinalar o surgimento de grupos de reflexão no interior de disciplinas dominadas pelos homens, muito mais do que a sociologia, como é o caso da matemática ou da linguística.

O panorama atual da sociologia francesa sobre as "relações sociais de sexos", perceptível através das contribuições a um colóquio internacional intitulado "Rapports sociaux de sexes: problématiques, méthodologies, champs d'analyse" (em preparação na França, organizado pelo Atelier Production Reproduction, do Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS), oriundo do grupo ad-hoc que havia se estruturado para o Congresso Mundial de Sociologia no México em 1982. Considerando essa Table Ronde representativa das tendências atuais da pesquisa sobre gênero na França, não faço aqui uma apresentação à parte da orientação de pesquisa das duas equipes institucionalizadas trabalhando no CNRS sobre questões relativas a gênero. Trata-se do Grupo de Estudos sobre a Divisão Social e Sexual do Trabalho (GEDISST) coordenado por Dominique Fougeyrollas e Danièle Ker-goat¹⁶, e do Grupo de Estudos sobre o Papel das Mulheres, da

Família e do Desenvolvimento Humano (GERFFDH), coordenado inicialmente por Andrée Michel e atualmente por Christine Delphy.

O conjunto das comunicações indica que a questão da articulação sexo/classe não foi ainda equacionada, embora seja cada vez mais levada em consideração nas análises sobre o trabalho feminino. Da mesma maneira, cada vez mais trata-se das relações sociais de sexo em termos de identidade feminina. Essa questão aparece no discurso das pesquisadoras ora em termos de igualdade/diferença, ora de identidade, ora de "construção de um Sujeito sexuado", ora de "processo de individuação"¹⁷. Assim, a diversidade de acepções que conota a noção nos diferentes contextos teóricos e a multiplicidade de orientações de pesquisa torna complexa a procura de um sentido para essa emergência¹⁸.

O corpo, o tempo, as trajetórias sociais e profissionais, a atividade, o Estado: sob temas tão heterogêneos e esparsos perfilou-se uma preocupação comum, a de pensar categorias consideradas até hoje como fundamentalmente neutras, de um ponto de vista de gênero. Nesse movimento crítico, um grande número de contribuições abordam a questão do impacto das novas tecnologias sobre as condições de trabalho e qualificação das mulheres, mostrando que a tecnologia e sua evolução também são amplamente determinadas pelas relações de gênero...

A diversidade dos campos de análise, a multiplicidade das metodologias, o desdobramento das problemáticas e ao mesmo tempo a persistência de um certo número de preocupações e de

conceitos recorrentes parece caracterizar hoje o campo da sociologia das relações de gênero na França, índice de que continua vivo o desejo de ir em direção à maturidade nessa disciplina.

- 1 M. Guilbert, "Les Fonctions des femmes dans l'industrie", Mouton, La Haye, 1966.
- 2 V.I. Jamati e M. Guilbert, "Travail féminin et travail à domicile", éd. du CNRS, 1956.
- 3 V.I. Jamati e M. Guilbert, "La répartition par sexe" in Tratté de Sociologie du Travail, 2 vol., Friedmann et Naville, Paris, Armand Colin, 1962. Tradução em português, ed. Cultrix, São Paulo, 1973.
- 4 M.V. Louis, in L'Etat des Sciences Sociales en France, sous la direction de M. Guillaume, ed. La Découverte. Paris, 1986, p. 460 e seg.
- 5 D. Kergoat, "Ouvrières = ouvriers?", revue Critiques de l'Economie Politique n° 5, 1978; "Les ouvrières", ed. du Sycomore, Paris, 1982.
- 6 corrente que se agrupou por ocasião do X Congresso Mundial de Sociologia (México) num grupo ad hoc intitulado: "Structures familiales et système productif: une approche comparative hommes/femmes" e cujas análises foram sistematizadas no livro Le sexe du travail, ouvrage collectif, PUG, 1984. Tradução em português da 2ª parte da obra, ed. Paz e Terra, São Paulo, 1987.
- 7 "L'ennemi principal" na revista Partisans, 1971. Cf. de Christine Delphy "Les femmes dans les études de stratification", in Andrée Michel (org.). Femmes, sexisme et société, Paris, PUF, 1977.

- 8 W. Secombe, "The housewife and her labour under capitalism" New Left Review, nº 83, London, 1973.
- 9 D. Chabaud, D. Fougeyrollas, F. Sonthonnax - Espace et Temps du Travail domestique, Librairie des Méridiens, Paris, 1985.
- 10 um estudo sôbre esse movimento recente na pesquisa sociológica in D. Chabaud, "Problématiques de sexes dans les recherches sur le travail et la famille", in Sociologie du Travail, nº 84, nº especial sôbre "Travail des femmes et famille", ed. Dunod, Paris, 1984.
- 11 Atas do mesmo nome no prelo (CNRS-PIRTTEM).
- 12 cf. Atas do encontro "Femmes, féminisme, recherche", Toulouse s/d.
- 13 Sôbre a mulher e o político cf. o ensaio de Chantal Roge - rat, "le Mouvement des Femmes en France et la recherche. Un repérage de circonstance", p. 13 (artigo no prelo, Das Argument, 1988).
Sôbre a mesma questão cf. o "panfleto" de Louise Blaquart, "Pour une société sexuée", na revista "M" (Mensuel, Marxisme, Mouvement), nº 6, dezembro 1986.
- 14 cf. por exemplo a contribuição de Eleni Varikas a esse seminário; da própria Michèle Perrot, o livro "Une histoire des femmes est-elle possible?", ed. Rivages, 1985; cf. também a coleção da revista "Pénélope", editada pelo mesmo grupo de historiadoras.

- 15 cf. Jacques Rancière, Le maitre ignorant, Paris, ed. Fayard, 1987.
- 16 Para a apresentação dos temas de pesquisa do grupo, cf. Rapport d'activité-GEDISST-CNRS, 1987, disponível junto à equipe (GEDISST-CNRS-IRESKO, 59-61 rue Pouchet, 75849 Paris, Cedex 17, França).
- 17 Não estou aqui colocando noções heterogêneas numa mesma "epistémé" mas me referindo ao fato de que todas se situam num mesmo nível de abstração, constituindo formas equivalentes de tratar a questão das relações de gênero. Trata-se de uma equivalência formal, bem entendido, na medida em que se trata de "concepções políticas e epistemologicamente opostas que se enfrentam e remetem tanto a debates já antigos (polêmicos nos primeiros números de Questions Féministes quanto novos (evolução do PCF quanto à necessidade de levar em conta o indivíduo, por ex.)", é o que diz Damière Kergoat. A ela devemos esta e outras observações pertinentes à primeira versão deste texto.
- 18 Esse paper está sendo revisto após a realização da Table Ronde de 24-26/11/87, embora o seminário a tenha precedido. O debate em torno da emergência da noção de identidade foi bastante acalorado, a contribuição inter-disciplinar tendo sido preciosa (reportar-se ao debate resumido nas Atas da Table Ronde, no prelo, março 1988 - Cahiers de l'APRE, nº

spécial, CNRS-PIRTTEM). Para uma análise rigorosa das modalidades de articulação sexo/classe que apareceram nos papers apresentados, cf. o texto de abertura ao debate da comissão "atividade" redigido por Danièle Kergoat (cf. Atas no prelo).

DADOS SOBRE AS AUTORAS

BLAY, Eva ALterman. Departamento de Sociologia FFLCH USP

FERRAND, Michèle. Centre de Sociologie Urbaine, Paris.

GOLDBERG, Anette. Centre de Sociologie Urbaine, Paris.

HIRATA, Helena. Centre Nacional de la Recherche Scientifique,
(CNRS), Paris.

SOUZA LOBO, Elisabeth de. Departamento de Sociologia FFLCH USP

VARIKAS, Eleni. Groupe d'Etude Interdisciplinaire sur la division
sociale et sexuelle du Travail, Paris.

